



Gerenciamento de Riscos e Capital - Pilar 3

1º Trimestre de 2026

1T26
Itaú Unibanco Holding S.A.

Objetivo	1
Principais Indicadores	2
Indicadores prudenciais e gerenciamento de riscos	2
KM1: Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais	2
OVA: Visão geral do gerenciamento de riscos da instituição	4
Escopo e Principais Características do Gerenciamento de Riscos	4
Governança de Riscos e Capital	5
Cultura Ituber	6
Apetite de Risco	7
Teste de Estresse	8
Plano de Recuperação e Saída Organizada	8
Avaliação da Adequação de Capital	10
Suficiência de Capital	10
OV1: Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA)	10
Comparação entre informações contábeis e prudenciais	11
LIA: Explicação das diferenças entre valores registrados nas demonstrações contábeis e valores das exposições sujeitas a tratamento prudencial	11
LI1: Diferenças entre o escopo de consolidação contábil e o escopo de tratamento prudencial, bem como o detalhamento dos valores associados às categorias de risco	12
LI2: Principais causas das diferenças entre os valores considerados na regulamentação prudencial e os valores das exposições	13
PV1: Ajustes prudenciais (PVA)	13
Instituições integrantes das Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco Holding	14
Instituições não consolidadas	18
Instituições relevantes	18
Composição de Capital	18
CCA: Principais características dos instrumentos que compõem o Patrimônio de Referência (PR)	18
CC1: Composição do Patrimônio de Referência (PR)	19
CC2: Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o balanço patrimonial	22
Indicadores Macroprudenciais	23
CCyB1: Distribuição geográfica das exposições ao risco de crédito consideradas no cálculo do ACPContracíclico	23
GSIB1: Indicadores utilizados para caracterização de instituição financeira como sistemicamente importante em âmbito global (G-SIBs)	23
Razão de Alavancagem	23
LR1: Comparação entre informações das demonstrações financeiras e as utilizadas para apuração da Razão de Alavancagem (RA)	24
LR2: Informações detalhadas sobre a Razão de Alavancagem	24
Indicadores de Liquidez	25
LIQA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de liquidez	25
Estrutura e Tratamento	25
LIQ1: Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR)	26
LIQ2: Indicador Liquidez de Longo Prazo (NSFR)	27

Risco de Crédito	28
CRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito	28
CR1: Qualidade creditícia das exposições	29
CR2: Mudanças no estoque de ativos problemáticos	30
CRB: Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições	30
Exposições por setor econômico	31
Exposições por prazo remanescente de vencimento	31
Exposições em atraso segmentadas por faixa de atraso	32
Exposições por região geográfica no Brasil e por país	32
Maiores exposições	32
Exposições reestruturadas	33
CRC: Informações sobre instrumentos mitigadores do risco de crédito	33
CR3: Visão geral das técnicas de mitigação do risco de crédito	34
CR4: Abordagem padronizada – exposições e efeitos da mitigação do risco de crédito	35
CR5: Abordagem padronizada - exposições por contraparte e fator de ponderação de risco (FPR)	37
CRE: IRB - Informações qualitativas sobre abordagens IRB	41
CR8: Informações sobre as variações no RWACIRB	43
CMS1: Comparação entre o RWA calculado na abordagem padronizada e na abordagem modelos internos por tipo de risco	43
Risco de Crédito de Contraparte	43
CCRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito de contraparte (CCR)	43
CCR1: Análise das exposições ao risco de crédito de contraparte (CCR) por abordagem utilizada	44
CCR3: Abordagem padronizada – segregação de exposições ao CCR por contraparte e por fator de ponderação de risco	44
CCR5: Colaterais financeiros associados a exposições ao risco de crédito de contraparte	45
CCR6: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a derivativos de crédito	45
CCR8: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a exposições a contrapartes centrais	46
Exposições de Securitização	46
SECA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento de riscos das exposições de securitização	46
SEC1: Exposições de securitização classificadas na carteira bancária	47
SEC2: Exposições de securitização classificadas na carteira de negociação	47
SEC3: Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital - instituição como originadora ou patrocinadora	47
SEC4: Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital - instituição como investidora	47

Risco de Mercado	47
MRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de mercado	47
MR1: Abordagem padronizada - fatores de risco associados ao risco de mercado	49
MRB: Informações qualitativas sobre o risco de mercado na abordagem de modelos internos	50
MR2: Informações sobre as variações do RWA_{MINT}	53
Exposições sujeitas a risco de mercado	54
MR3: Valores dos modelos internos de risco de mercado	54
MR4: Comparação das estimativas do VaR com os resultados efetivo e hipotético	54
Teste de Aderência	55
Total da Exposição Associada a Instrumentos Financeiros Derivativos	55
IRRBB	55
IRRBBA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do IRRBB	56
Estrutura e tratamento	56
ORA – Informações Qualitativas sobre o gerenciamento de Risco Operacional	57
OR1 – Histórico de perda operacionais	59
OR2 – Composição de Indicador de Negócio (BI)	60
OR3 – Requerimento de capital para risco operacional	60
Outros Riscos	60
Riscos de Seguros, Previdência e Capitalização	60
Risco Social, Ambiental e Climático	61
Risco de Conformidade e Operacional	62
Risco de Modelo	62
Validação Independente de Modelos de Riscos	63
Risco Reputacional	63
Risco Cibernético	65
Gestão de Crises e Resiliência Operacional	65
Risco de País	66
Risco de Negócio e Estratégia	66
Risco de Contágio	67
Risco Emergentes	67
Glossário de Siglas	68
Glossário de Regulamentos	70

Objetivo

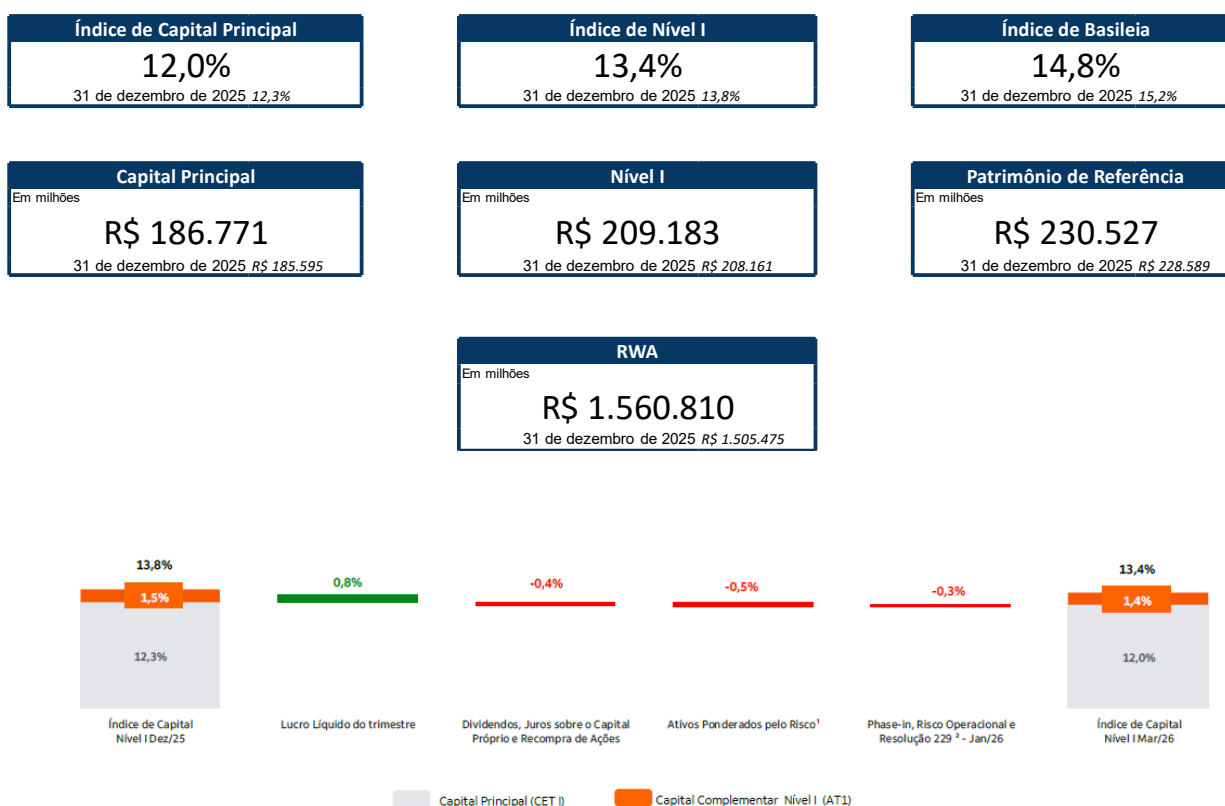
O presente documento apresenta as informações do Itaú Unibanco *Holding* S.A. (Itaú Unibanco) requeridas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) por meio da Resolução BCB nº 54 e alterações posteriores, que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos e capital, à comparação entre informações contábeis e prudenciais, à indicadores de liquidez e risco de mercado, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA, do inglês “*Risk Weighted Assets*”), à apuração do Patrimônio de Referência (PR) e à remuneração de administradores.¹

A referida Resolução trouxe diversas alterações no formato de divulgação das informações de Pilar 3, além de mudanças no escopo e na periodicidade das informações divulgadas. Todas estas alterações, implementadas pelo Banco Central, visam a convergência da regulação financeira brasileira para as recomendações do Comitê de Basileia, buscando a harmonização das informações divulgadas pelas instituições financeiras em nível internacional, e levam em consideração as condições estruturais da economia brasileira.

A política de divulgação do Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital apresenta as diretrizes e responsabilidades das áreas envolvidas na elaboração do relatório, assim como a descrição das informações que devem ser divulgadas e a governança de confirmação de fidedignidade e aprovações, conforme estabelecido pelo art. 56 da Resolução nº 4.557.

Principais Indicadores

O foco do gerenciamento de riscos e capital do Itaú Unibanco é manter a instituição dentro das diretrizes de risco do Conselho de Administração (CA). Abaixo estão os principais indicadores do relatório, apurados com base no Conglomerado Prudencial, na data-base de 31 de março de 2026.



(1) Inclui ajustes prudenciais e patrimoniais. (2) Evolução do cronograma de aumento do fator de ponderação de risco para participações societárias, conforme a Resolução BCB nº 229/2022.

Indicadores prudenciais e gerenciamento de riscos

O Itaú Unibanco investe em processos robustos de gerenciamento de riscos e capital que permeiam toda a instituição e que são a base das decisões estratégicas para assegurar a sustentabilidade dos negócios.

A seguir são apresentadas as informações sobre os requerimentos prudenciais e sobre a gestão integrada de riscos da instituição.

KM1: Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais

Visando garantir a solidez do Itaú Unibanco e a disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos negócios, os níveis de Patrimônio de Referência (PR) foram mantidos acima do requerido para fazer frente aos riscos, conforme evidenciado pelos índices de Capital Principal, de Nível I e de Basileia.

Em 31 de março de 2026, o PR alcançou R\$ 230.527 milhões, sendo R\$ 209.183 milhões referentes a Nível I e R\$21.345 milhões referentes a Nível II.

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

Em R\$ milhões	31/03/2026	31/12/2025	30/09/2025	30/06/2025	31/03/2025
Capital regulamentar					
Capital Principal	186.771	185.595	195.917	188.389	180.611
Capital Principal corresponde à linha 1 deduzindo, conforme aplicável, o valor estabelecido pelo:					
- art. 4º, caput, inciso I, alínea "i", e §§ 8º e 9º, da Resolução CMN nº 4.955, de 21 de outubro de 2021; ou	186.742	185.552	195.874	188.346	180.568
- art. 3º, caput, inciso I, alínea "i", §§ 8º e 9º, da Resolução BCB nº 199, de 11 de março de 2022.					
Nível I	209.183	208.161	215.466	215.381	202.344
Nível I considerando a apuração do Capital Principal conforme linha 1a	209.154	208.118	215.423	215.338	202.301
Patrimônio de Referência (PR)	230.527	228.589	238.430	237.454	224.092
Patrimônio de Referência (PR) considerando a apuração do Capital Principal conforme linha 1a	230.498	228.546	238.387	237.411	224.049
Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente	-	-	-	-	-
Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente considerando o PR conforme linha 3a	-	-	-	-	-
Destaque do PR	-	-	-	-	-
Ativos ponderados pelo risco (RWA)					
RWA total	1.560.810	1.505.475	1.454.242	1.436.344	1.430.630
RWA corresponde à linha 4 deduzindo, conforme aplicável, o valor referente ao inciso XII do caput do art. 4º ponderado pelo Fator de Ponderação de Risco (FPR) estabelecido no art. 82-A, ambos os comandos da Resolução 229, de 12 de maio de 2022.	1.560.781	1.505.432	1.454.199	1.436.301	1.430.587
Capital regulamentar como proporção do RWA					
Índice de Capital Principal (ICP)	12,0%	12,3%	13,5%	13,1%	12,6%
Índice de Capital Principal (ICP) considerando:					
- Numerador: corresponde à linha 1a	12,0%	12,3%	13,5%	13,1%	12,6%
- Denominador: corresponde à linha 4b					
Índice de Nível 1 (%) ⁽³⁾	13,4%	13,8%	14,8%	15,0%	14,1%
Índice de Nível 1, considerando:					
- Numerador: corresponde à linha 2a	13,4%	13,8%	14,8%	15,0%	14,1%
- Denominador: corresponde à linha 4b					
Índice de Basileia	14,8%	15,2%	16,4%	16,5%	15,7%
Índice de Basileia, considerando:					
- Numerador: corresponde à linha 3a	14,8%	15,2%	16,4%	16,5%	15,7%
- Denominador: corresponde à linha 4b					
Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA					
Adicional de Conservação de Capital Principal - ACPConservação (%)	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%
Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACPContracíclico (%) ⁽¹⁾	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPSistêmico (%)	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%
ACP total (%) ⁽²⁾	3,6%	3,6%	3,6%	3,6%	3,6%
Margem excedente de Capital Principal (%)	3,2%	3,6%	4,8%	5,0%	4,1%
Margem excedente de Capital Principal (%) considerando o Capital Principal conforme linha 1a	3,2%	3,6%	4,8%	5,0%	4,1%
Razão de Alavancagem (RA)					
Exposição total	3.230.125	2.983.477	2.921.612	2.855.121	2.710.449
Exposição total corresponde à linha 13 deduzindo, conforme aplicável, o valor referente ao inciso XII do caput do art. 4º da Resolução 229, de 12 de maio de 2022.	3.230.082	2.983.434	2.921.569	2.855.078	2.710.406
RA (%)	6,5%	7,0%	7,40%	7,50%	7,50%
RA considerando:					
i. Numerador: corresponde à linha 2a	6,5%	7,0%	7,40%	7,50%	7,50%
ii. Denominador: corresponde à linha 13a					
Indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)					
Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)	371.058	389.723	367.777	346.084	340.855
Total de saídas líquidas de caixa	190.159	181.290	168.176	161.856	173.512
LCR (%)	195,1%	215,0%	218,7%	213,8%	196,4%
Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR)					
Recursos estáveis disponíveis (ASF)	1.491.577	1.499.680	1.408.603	1.393.627	1.362.350
Recursos estáveis requeridos (RSF)	1.222.668	1.202.060	1.142.829	1.150.712	1.114.206
NSFR (%)	122,0%	124,8%	123,3%	121,1%	122,3%

1) ACPContracíclico é fixado pelas autoridades monetárias das jurisdições que o Banco Itaú possui exposição sendo as mais relevantes o Brasil, em que o Comitê de Estabilidade Financeira (Comef) define em zero (Comunicado 1/2020).

2) As normas do BACEN estabelecem um Adicional de Capital Principal (ACP), correspondente à soma das parcelas ACPConservação, ACPContracíclico e ACPSistêmico, conforme definido na Resolução CMN 4.958.

3) O Nível I segue as instruções do BACEN e não está limitado ao percentual de 1,5% da Resolução CMN nº 4.958. Caso fosse limitado, o Índice de Nível I seria 14,6%.

O Índice de Basileia atingiu 14,8% em 31 de março de 2026, redução de 0,4 p.p. em relação a 31 de dezembro de 2025, refletindo principalmente a implantação das mudanças regulatórias relacionadas aos riscos de crédito e

operacional, o crescimento dos ativos ponderados pelo risco e o pagamento de juros sobre capital próprio, efeitos parcialmente compensados pelo resultado do período.

Além disso, o Itaú Unibanco possui folga em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido no montante de R\$ 105.663 milhões, equivalente a 6,8 p.p. acima do mínimo regulatório (8%) e superior à exigência de ACP de 3,6% (R\$ 55.524 milhões). Considerando o ACP, a folga seria de 3,2 p.p.

O índice de Imobilização indica o percentual de comprometimento do PR ajustado com o ativo permanente ajustado. O Itaú Unibanco está enquadrado no limite máximo de 50% do PR ajustado, fixado pelo BACEN. Em 31 de março de 2026, o índice de imobilização atingiu 20,7%, apresentando uma folga de R\$ 67.456 milhões.

OVA: Visão geral do gerenciamento de riscos da instituição

Escopo e Principais Características do Gerenciamento de Riscos

Assumir e gerenciar riscos é uma das atividades do Itaú Unibanco e, para isso, a instituição deve ter bem estabelecidos os objetivos para a gestão de riscos. Nesse contexto, o Apetite de Riscos articula o conjunto de diretrizes do Conselho de Administração (CA) sobre estratégia e assunção de riscos, definindo a natureza e o nível dos riscos aceitáveis para a organização, e a cultura de riscos orienta as atitudes necessárias para gerenciá-los. O Itaú Unibanco investe em processos robustos de gerenciamento de riscos e capital que permeiam toda a instituição e que são a base das decisões estratégicas para assegurar a sustentabilidade dos negócios e para maximizar a criação de valor para o acionista.

Dentre os processos para o adequado gerenciamento de riscos e capital destacam-se a implementação de uma estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos, do arcabouço de Apetite de Risco, que é composto pela Declaração de Apetite de Riscos (RAS, do inglês "Risk Appetite Statement") do CA, pela política de Apetite de Risco e pelo conjunto de métricas para monitoramento dos principais riscos conforme os limites definidos, o programa de teste de estresse, a constituição de Comitê de Riscos e a indicação, perante o BACEN, do diretor para gerenciamento de riscos (CRO, do inglês "*Chief Risk Officer*"), com atribuição de papéis, responsabilidades e requisitos de independência.

Estes processos estão alinhados às diretrizes do CA e dos Executivos que, por meio de órgãos colegiados, definem os objetivos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio gestoras de risco. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a administração do Itaú Unibanco por meio dos processos de monitoramento e análise de risco e capital.

Os princípios que ditam os fundamentos do gerenciamento de riscos, do apetite de riscos e as diretrizes para a forma de atuação dos colaboradores do Itaú Unibanco no dia a dia para a tomada de decisão são:

- **Sustentabilidade e satisfação de clientes:** a visão do Itaú Unibanco é ser o banco líder em performance sustentável e em satisfação dos clientes, por isso, preocupa-se em gerar valor compartilhado para colaboradores, clientes, acionistas e sociedade, garantindo a perenidade do negócio. O Itaú Unibanco preocupa-se em fazer negócios que sejam bons para o cliente e para a instituição;
- **Cultura de risco:** a cultura de risco da instituição vai além de políticas, procedimentos e processos, e busca fortalecer a responsabilidade individual e coletiva de todos os colaboradores, para que façam a coisa certa, no momento certo e de maneira correta, respeitando a forma ética de fazer negócios. Está pautada em quatro princípios (a tomada consciente de riscos, a discussão e a ação sobre os riscos da instituição e a responsabilidade de todos pela gestão de risco), os quais incentivam que o risco seja entendido e discutido abertamente, mantendo-se dentro dos níveis determinados pelo Apetite de Risco, e para que cada colaborador, independentemente de sua posição, área ou função, também assuma a responsabilidade pela gestão dos riscos do seu negócio. A Cultura de Risco está descrita no item "Cultura de Risco";

- **Apreçamento do risco:** o Itaú Unibanco atua e assume riscos em negócios conhecidos e entendidos, evitando riscos sobre os quais não se tem conhecimento ou nos quais não há vantagem competitiva, avaliando cuidadosamente a relação de risco e retorno;
- **Diversificação:** a instituição tem baixo apetite por volatilidade nos resultados e por isso atua em uma base diversificada de clientes, produtos e negócios, buscando a diferenciação dos riscos, além de priorizar negócios de menos arriscados;
- **Excelência operacional:** o Itaú Unibanco quer ser um banco ágil, com infraestrutura robusta e estável para oferecer serviços de alta qualidade;
- **Ética e respeito à regulação:** para o Itaú Unibanco ética é inegociável, por isso, a instituição promove um ambiente institucional íntegro, orientando todos os colaboradores a cultivar a ética nos relacionamentos e nos negócios, e o respeito às normas, zelando pela reputação da instituição.

Governança de Riscos e Capital

O Conselho de Administração é o órgão máximo responsável por estabelecer as diretrizes, políticas e alçadas para a gestão de riscos e capital. Por sua vez, o Comitê de Gestão de Risco e Capital (CGRC) é responsável por apoiar o CA no desempenho de suas atribuições relacionadas à gestão de riscos e de capital. Já no nível executivo, são estabelecidos órgãos colegiados presididos pelo *Chief Executive Officer* (CEO) do Itaú Unibanco, que são responsáveis pela gestão de riscos e capital exercendo responsabilidades delegadas nestes temas e cujas decisões são acompanhadas no âmbito do CGRC.

Para dar suporte a essa estrutura, a Área de Riscos possui diretorias especializadas que têm o objetivo de assegurar, de forma independente e centralizada, que os riscos e o capital da instituição sejam administrados de acordo com as políticas e procedimentos estabelecidos.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos do Itaú Unibanco está em conformidade com as regulamentações vigentes no Brasil e no exterior. Localmente, o Banco segue as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (Bacen), com destaque para a Resolução nº 4.557/17, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital das instituições financeiras, pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), dentre outros reguladores e normas aplicáveis. No âmbito internacional, o Itaú Unibanco segue os padrões definidos pelo Comitê de Basileia para Supervisão Bancária, pela Securities and Exchange Commission (SEC) dos Estados Unidos e pelas regulamentações locais dos países onde está presente. Adicionalmente, o Itaú Unibanco adere a diretrizes como a Foreign Account Tax Compliance Act (FATCA), aos Principles for Responsible Banking (PRB) da United Nations Environment Programme - Finance Initiative e às Diretrizes para Empresas Multinacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), destacando alguns exemplos representativos. O Banco também adota práticas alinhadas às normas da International Financial Reporting Standards (IFRS) e às melhores práticas de governança corporativa reconhecidas globalmente.

Além disso, o Itaú Unibanco também conta com governança de identificação e monitoramento de riscos emergentes, que são aqueles recém identificados com impacto, a médio e longo prazo, potencialmente material sobre os negócios, mas para os quais ainda não há elementos suficientes para sua completa avaliação, devido à quantidade de fatores e impactos ainda não totalmente conhecidos, uma vez que não possuem precedentes e, por isso, nunca foram tratados no passado.

As responsabilidades sobre o gerenciamento de risco no Itaú Unibanco estão estruturadas de acordo com o conceito de três linhas de governança, a saber:

- 1ª linha de governança: as áreas de negócio e áreas corporativas de suporte são responsáveis diretos por identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos por elas originados;
- 2ª linha de governança: área de riscos, tem como objetivo assegurar, de forma independente e centralizada, que os riscos da instituição sejam administrados de acordo com as políticas e procedimentos estabelecidos, definindo parâmetros para o processo de gestão de riscos e para sua supervisão. Tal controle provê ao CA e aos executivos uma visão global das exposições do Itaú Unibanco de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas;
- 3ª linha de governança: auditoria interna, que está ligada ao Conselho de Administração e promove a avaliação independente das atividades desenvolvidas na instituição, permitindo à alta administração aferir a adequação dos controles, a efetividade do gerenciamento dos riscos e o cumprimento das normas internas e requisitos regulamentares.

O Itaú Unibanco utiliza sistemas automatizados e robustos para completo atendimento aos regulamentos de capital, bem como para mensuração de riscos, seguindo as determinações e modelos regulatórios vigentes. Também coordena as ações para verificação da aderência aos requisitos qualitativos e quantitativos estabelecidos pelos reguladores para observação do capital mínimo exigido e monitoramento dos riscos.

Cultura Ituber

A gestão de riscos é um elemento intrínseco e transversal na cultura Ituber, que enfatiza a responsabilidade individual de cada colaborador, independente do nível hierárquico, orientando decisões e atitudes baseadas em ética e na redução de riscos que possam afetar o negócio, clientes e sociedade.

Como parte essencial da cultura organizacional, a gestão de riscos influencia a avaliação de desempenho, que considera o alinhamento de cada colaborador aos valores da empresa, com destaque para os seguintes aspectos:

- **Para gente, ética é inegociável:** a integridade permeia todas as decisões e ações, fortalecendo o gerenciamento de riscos
- **A gente é movido por resultado:** o crescimento sustentável é priorizado, com atenção aos riscos e impactos das soluções, garantindo segurança e visão de longo prazo
- **A gente não sabe tudo:** a tomada de decisão é orientada por dados, permitindo a identificação e mitigação de riscos
- **A gente vai de turma:** o trabalho em equipe e a sinalização de questões críticas no momento adequado são fundamentais para evitar ou mitigar riscos
- **A gente quer diversidade:** o conhecimento de oportunidades e riscos socioambientais é essencial para o desenvolvimento de negócios responsáveis

A cultura Ituber reforça que a gestão de riscos não é apenas uma prática, mas um valor que permeia todas as dimensões do negócio.

Para entender mais sobre como a cultura Ituber e a gestão de riscos sustentam nosso negócio, acesse o Relatório Anual Integrado.

Apetite de Risco

O Apetite de Risco articula o conjunto de diretrizes do Conselho de Administração (CA) sobre estratégia e assunção de riscos, definindo a natureza e o nível dos riscos aceitáveis para a organização e considerando a capacidade de gerenciamento de forma efetiva e prudente, os objetivos estratégicos, as condições de competitividade e o ambiente regulatório.

O arcabouço de Apetite de Risco é composto pela Declaração de Apetite de Riscos (RAS - *Risk Appetite Statement*) do CA, pela política de Apetite de Risco e pelo conjunto de métricas para monitoramento dos principais riscos conforme os limites definidos.

Considerando as diretrizes estratégicas do Itaú Unibanco, o Apetite de Risco e suas dimensões são fundamentados na seguinte Declaração:

“Somos um banco universal, operando predominantemente na América Latina. Apoiados em nossa cultura de riscos, atuamos com rigoroso padrão ético e de cumprimento regulatório, buscando resultados elevados e crescentes, com baixa volatilidade, mediante o relacionamento duradouro com o cliente, apreçamento correto dos riscos, captação pulverizada de recursos e adequada utilização do capital.”

De forma a tangibilizar a RAS, o Apetite de Risco foi segmentado em seis dimensões, cada uma delas composta por um conjunto de métricas associadas aos principais riscos envolvidos, combinando formas complementares de mensuração, para obter uma visão abrangente das nossas exposições sobre os tipos e níveis de risco aceitáveis:

- **Capitalização:** reflete o nível de proteção do Banco contra perdas significativas que poderiam levar ao descumprimento regulatório ou insolvência. Estabelece que o Itaú Unibanco deve ter capital suficiente para se proteger de uma grave recessão ou de um evento de estresse sem necessidade de adequação da estrutura de capital em circunstâncias desfavoráveis. É monitorada por meio do acompanhamento dos índices de capital do Itaú Unibanco, em situação normal e em estresse, e dos ratings de emissão de dívidas da instituição.
- **Liquidez:** reflete o nível de proteção do Banco contra um período prolongado de estresse de funding que poderia levar à falta de liquidez e eventual falência. Estabelece que a liquidez do Itaú Unibanco deverá suportar longos períodos de estresse. É monitorada por meio do acompanhamento dos indicadores de liquidez.
- **Composição dos resultados:** tem por objetivo garantir a estabilidade e sustentabilidade dos resultados, restringindo a volatilidade excessiva e evitando concentrações em portfólios e desvios significativos na precificação e nas provisões. Define que os negócios serão focados principalmente na América Latina, onde o Itaú Unibanco terá uma gama diversificada de clientes e produtos, com baixo apetite por volatilidade de resultados e por risco elevado. Para tanto, monitora indicadores de risco de Crédito, incluindo dimensões sociais, ambientais e climáticas, de Mercado e IRRBB, de Subscrição e de Negócios & Rentabilidade. As métricas monitoradas buscam garantir, por meio de limites de concentração de exposição como, por exemplo, setores de indústria, qualidade das contrapartes, países e regiões geográficas e fatores de riscos, adequada composição das nossas carteiras, visando à baixa volatilidade dos resultados e à sustentabilidade dos negócios.
- **Risco operacional:** aborda os riscos operacionais que possam comprometer os negócios e a operação do Banco, focando no controle de eventos que possam impactar negativamente a estratégia de negócio e operação.
- **Reputação:** aborda riscos que possam impactar o valor da nossa marca e da reputação da instituição junto a clientes, funcionários, reguladores, investidores e público geral. O monitoramento dos riscos nesta dimensão é feito por meio de comportamento ético e observância conservadora das normas regulatórias.

- Clientes: aborda riscos que possam impactar a satisfação e experiência dos clientes, sendo monitorada por meio do acompanhamento da satisfação dos clientes, eventos com impactos diretos em clientes e indicadores de *suitability*.

As métricas traduzem a RAS e as dimensões em indicadores monitoráveis, que capturam os principais riscos incorridos pela instituição. Elas são monitoradas periodicamente e reportadas ao nível executivo, ao Comitê de Gestão de Risco e Capital (CGRC) e ao CA, que orientam a tomada de medidas preventivas de forma a garantir que as exposições estejam dentro dos limites estabelecidos e alinhados à nossa estratégia.

O Conselho de Administração é o responsável pelo estabelecimento e aprovação das diretrizes e limites do Apetite de Risco, desempenhando suas responsabilidades com o apoio do CGRC e do Chief Risk Officer (CRO). A governança do Apetite de Risco está registrada em política interna, estabelecida, revisada e aprovada também pelo CA.

Teste de Estresse

O teste de estresse é um processo de simulação de condições econômicas e de mercado extremas nos resultados, liquidez e capital do Itaú Unibanco. A instituição realiza este teste com o objetivo de avaliar a sua solvência em cenários plausíveis de crise, bem como de identificar áreas mais suscetíveis ao impacto do estresse que possam ser objeto de mitigação de risco.

A estimação das variáveis macroeconômicas para cada cenário de estresse é realizada pela área de pesquisa econômica. A elaboração dos cenários de estresse considera a análise qualitativa da conjuntura brasileira e mundial, elementos históricos e hipotéticos, riscos de curto e de longo prazo entre outros aspectos, conforme definido na Resolução CMN 4.557.

Neste processo, são avaliados os principais riscos potenciais para a economia com base no julgamento da equipe de economistas do banco, referendados pelo Economista Chefe do Itaú Unibanco e com aprovação em Conselho de Administração. As projeções das variáveis macroeconômicas (como por exemplo, PIB, taxa básica de juros, taxas de câmbio e inflação) e do mercado de crédito (como captações, concessões, taxas de inadimplência, spread e tarifas) são geradas a partir de choques exógenos ou através de modelos validados por uma área independente.

Em seguida, os cenários de estresse adotados são utilizados para sensibilizar o resultado e o balanço orçados. Além da metodologia de análise de cenários, também são empregadas análises de sensibilidade e Teste de Estresse Reverso.

O Itaú Unibanco utiliza as simulações para a gestão de riscos de seu portfólio, considerando Brasil (segregado em atacado e varejo) e Unidades Externas, dos quais decorrem os ativos ponderados ao risco e os índices de capital e de liquidez em cada cenário.

O teste de estresse é parte integrante do ICAAP, com o principal objetivo de avaliar se, mesmo em situações severamente adversas, a instituição teria níveis adequados de capital e liquidez, não impactando a sustentabilidade de suas atividades.

As informações geradas permitem a identificação de potenciais ofensores aos negócios, subsidiando decisões estratégicas do Conselho de Administração, os processos orçamentários e de gerenciamento de riscos, além de servirem de insumos para métricas de apetite de risco da instituição.

Plano de Recuperação e Saída Organizada

Em resposta às últimas crises internacionais, o Banco Central publicou a Resolução nº 5.187, que requer o desenvolvimento de um Plano de Recuperação e Saída Organizada (PRSO) pelas instituições financeiras enquadradas no Segmento 1, cuja exposição total em relação ao PIB seja superior a 10%. Este plano tem como

objetivo restabelecer níveis adequados de capital e liquidez, acima dos limites operacionais regulatórios, diante de choques severos de estresse de natureza sistêmica ou idiossincrática. Desta maneira, cada instituição conseguiria preservar sua viabilidade financeira, ao mesmo tempo em que mitiga o impacto no Sistema Financeiro Nacional.

O Itaú Unibanco possui um relatório que contempla todo o Conglomerado e contém a descrição dos itens abaixo:

I – Funções críticas: atividades executadas pelas entidades abrangidas pelo escopo do planejamento da recuperação e da resolução para terceiros, cuja descontinuidade possa comprometer a estabilidade do SFN, do SPB ou da economia real, devido à dimensão de sua participação na oferta de mercado, às suas interconexões, à sua complexidade ou a outras situações que as impeçam de ser imediatamente substituídas pelo mercado.

II – Serviços essenciais da instituição: serviços prestados para uma ou mais entidades abrangidas pelo escopo do planejamento da recuperação e da resolução, cuja paralisação prejudicaria o funcionamento de uma linha de negócio principal.

III - Instituição de Transição: constituída ou reorganizada para a qual sejam transferidos, no todo ou em parte, bens, direitos e obrigações da instituição submetida a resolução, objetivando a continuidade geral ou parcial de seu negócio ou atividade;

IV - Linhas de negócios principais: atividades imprescindíveis para a viabilidade do conglomerado prudencial ou do grupo econômico, em situação de normalidade, por serem fontes materiais de receita, de ganho de capital ou de valor de mercado;

V – Programa de monitoramento mensal, estabelecendo níveis críticos para um conjunto de indicadores, com vistas ao acompanhamento dos riscos e eventual gatilho para execução do PRSO;

VI – Cenários de estresse, contemplando eventos que possam ameaçar a continuidade dos negócios e a viabilidade da instituição, incluindo testes reversos, que procuram identificar cenários remotos de risco, contribuindo para aumento da sensibilidade na gestão;

VII – Estratégias de recuperação e resolução em resposta a diferentes cenários de estresse, incluindo os principais riscos e barreiras, além dos mitigadores destes últimos e os procedimentos para a operacionalização de cada estratégia;

VIII – Plano de comunicação com partes interessadas, buscando tempestividade na execução do Plano, com o mercado, reguladores e demais públicos de interesse;

IX – Mecanismos de governança necessários à coordenação e execução do PRSO, como por exemplo, a definição do diretor responsável pelo exercício no Itaú Unibanco.

Este plano é revisado bianualmente, sempre que houver alterações materiais ou revisado por determinação do Bacen, e é submetido à aprovação do Conselho de Administração.

Com essa prática, o Itaú Unibanco consegue demonstrar continuamente que, mesmo em cenários severos, com probabilidade de ocorrência remota, possui estratégias capazes de gerar recursos suficientes para assegurar a manutenção sustentável de atividades críticas e serviços essenciais, sem prejuízos aos clientes, ao sistema financeiro e aos demais participantes dos mercados em que atua.

O Itaú Unibanco assegura a manutenção do exercício de forma a garantir que as estratégias permaneçam atualizadas e viáveis frente às mudanças organizacionais, concorrenciais ou sistêmicas.

Avaliação da Adequação de Capital

Para avaliar sua suficiência de capital, anualmente, o Itaú Unibanco adota o fluxo apresentado a seguir:

- identificação dos riscos materiais e avaliação da necessidade de capital adicional;
- elaboração do plano de capital, tanto em situações de normalidade quanto de estresse;
- avaliação interna da adequação de capital;
- estruturação dos planos de contingência de capital e de recuperação e saída organizada;
- elaboração de relatórios gerenciais e regulatórios.

Adotando uma postura prospectiva no gerenciamento do seu capital, o Itaú Unibanco implantou sua estrutura de gerenciamento de capital e seu ICAAP, atendendo, dessa forma, à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) 4.557, à Circular BACEN 3.846 e Instrução Normativa 686.

O resultado do último ICAAP, que engloba os testes de estresse – realizado para data-base dezembro de 2025 – apontou que o Itaú Unibanco dispõe, além de capital para fazer face a todos os riscos materiais, de significativa folga de capital, garantindo assim a solidez patrimonial da instituição.

Suficiência de Capital

O Itaú Unibanco, por meio do processo de ICAAP, avalia a suficiência de capital para fazer frente aos seus riscos, representados pelo capital regulatório de risco de crédito, mercado e operacional e pelo capital necessário para cobertura dos demais riscos. Visando a garantir a solidez do Itaú Unibanco e a disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos negócios, os níveis de Patrimônio de Referência foram mantidos acima do necessário para fazer frente aos riscos.

OV1: Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA)

De acordo com a Resolução CMN 4.958 e alterações posteriores, para fins do cálculo dos requerimentos mínimos de capital, deve ser apurado o montante de RWA, obtido pela soma das seguintes parcelas:

- RWA_{CPAD} = parcela relativa às exposições ao risco de crédito, calculada segundo abordagem padronizada.
- RWA_{CIRB} = parcela relativa às exposições ao risco de crédito, calculada segundo sistemas internos de classificação de risco de crédito (abordagens IRB - *Internal Ratings-Based*), autorizados pelo Banco Central do Brasil.
- RWA_{MPAD} = parcela relativa ao capital requerido para risco de mercado, calculada segundo abordagem padronizada.
- RWA_{MINT} = parcela relativa ao capital requerido para risco de mercado, calculada segundo abordagens do modelo interno, autorizadas pelo Banco Central do Brasil.
- RWA_{OPAD} = parcela relativa ao capital requerido para o risco operacional, calculada segundo abordagem padronizada.

Em R\$ milhões	RWA		Requerimento mínimo de PR
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026
Risco de crédito em sentido estrito	1.189.707	1.199.103	95.177
Do qual: apurado por meio da abordagem padronizada	1.111.021	1.119.760	88.882
Do qual: apurado por meio da abordagem IRB básica	-	-	-
Do qual: apurado por meio da abordagem IRB avançada	78.686	79.343	6.295
Risco de crédito de contraparte (CCR)	34.875	29.789	2.790
Do qual: apurado mediante uso da abordagem SA-CCR	25.533	20.340	2.043
Do qual: apurado mediante uso da abordagem CEM	-	-	-
Do qual: outros	9.342	9.449	747
Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes identificados	4.304	6.433	344
Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes inferidos conforme regulamento do fundo	-	-	-
Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes não identificados	1.415	1.109	113
Exposições de securitização contabilizadas na carteira bancária	13.497	12.838	1.080
Risco de mercado	68.398	50.248	5.471
Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada (RWA_{MPAD})	83.598	61.438	6.687
Do qual: requerimento calculado mediante modelo interno (RWA_{MINT})	36.516	30.685	2.921
Risco operacional ⁽¹⁾	181.754	143.006	14.540
Risco de Pagamentos (RWA_{SP})	NA	NA	NA
Valores referentes às exposições não deduzidas no cálculo do PR	66.860	62.949	5.349
Total	1.560.810	1.505.475	124.864

1) A parcela dos ativos ponderados pelo risco operacional mediante abordagem padronizada (RWA_{opad}) é apurada de acordo com a Resolução BCB nº 356/2023 a partir de jan/25.

Queda de R\$ 9 bilhões relacionada principalmente a queda na parcela de risco de crédito ($RWACPAD$)

Comparação entre informações contábeis e prudenciais

LIA: Explicação das diferenças entre valores registrados nas demonstrações contábeis e valores das exposições sujeitas a tratamento prudencial

A principal diferença entre o escopo de consolidação contábil e o escopo de tratamento prudencial é a não consolidação de empresas não financeiras (destacando-se empresas de Seguros, Previdência e Capitalização) no Consolidado Prudencial, diferença que também gera impacto nas eliminações das transações com Partes Relacionadas.

Dentro do escopo de tratamento prudencial, os procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes prudenciais decorrentes do apreçamento de instrumentos financeiros, assim como a descrição dos sistemas e controles utilizados para assegurar a confiabilidade deste apreçamento são descritos a seguir.

A metodologia de apreçamento dos instrumentos financeiros sujeitos na Resolução nº 4.277, de 31 de outubro de 2013, conduzida por área independente às áreas de negócios, considera além dos benchmarks de mercado, os riscos elencados de custo de liquidação das posições, concentração de mercado, pagamento antecipado, risco de modelo, custo efetivo de aplicação de recursos, spread de crédito e demais.

A mensuração do valor justo no Banco Itaú Unibanco segue os princípios contidos nos principais órgãos normatizadores, tais como CVM e BACEN. A instituição tem as melhores práticas em termos de políticas, procedimentos e metodologias de apreçamento e está comprometida em garantir o apreçamento de instrumentos financeiros em seu balanço com os preços referenciados e divulgados pelo mercado, e na impossibilidade disso, despender seus melhores esforços para estimar o que seria o preço justo pelo qual os ativos financeiros seriam

efetivamente transacionados, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e, em condições específicas, estes instrumentos podem ser avaliados a modelo. Em todas as situações acima a organização tem um controle dos seus métodos de apreçamento e gestão de risco de modelo.

O processo de verificação independente de preços (IPV) segue as diretrizes contidas na Resolução nº 4.277, com verificação diária dos preços e insumos de mercado executada por equipe independente da equipe de apreçamento. Esse processo também está sujeito as práticas de avaliação independente por parte das equipes de controles internos, auditoria interna e auditoria externa.

A instituição tem um modelo híbrido de avaliação da necessidade de ajustes prudenciais com duas componentes. A primeira componente é um modelo de avaliação tempestiva avaliando novos produtos, operações e fatores de risco negociados e que verifica o enquadramento e exigibilidade com quaisquer componentes dos ajustes prudenciais existentes. A segunda é uma avaliação periódica que tem como objetivo analisar os ajustes prudenciais existentes em relação a adequada precificação. O processo e a metodologia são avaliados periodicamente e independentemente por controles internos e auditoria interna.

Na linha de outras diferenças da tabela LI2 são reportadas as operações sujeitas a risco de crédito e risco de crédito de contraparte que não são contabilizadas no balanço patrimonial nem em suas contas de compensação.

LI1: Diferenças entre o escopo de consolidação contábil e o escopo de tratamento prudencial, bem como o detalhamento dos valores associados às categorias de risco

Em R\$ milhões, ao final do período		Valores considerados na regulamentação prudencial por categoria						31/03/2026
	Valores reportados nas demonstrações financeiras	Valores considerados na regulamentação prudencial	Sujeitos ao risco de crédito	Sujeitos ao risco de crédito de contraparte	Sujeitos ao arcabouço de securitização	Sujeitos ao risco de mercado	Itens desconsiderados na apuração dos requerimentos mínimos de PR ou deduzidos na apuração do PR	
Ativo								
Circulante e Não Circulante	3.162.262	2.769.441	2.306.713	382.964	36.471	498.059		43.293
Disponibilidades	39.723	39.646	39.646	-	-	9.565		-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	357.134	349.280	57.556	291.724	-	21.710		-
Títulos e Valores Mobiliários	968.035	595.861	558.932	-	36.471	200.265		458
Derivativos	93.624	93.714	-	91.240	-	6.826		2.474
Operações com Característica de Concessão de Crédito	1.219.313	1.221.457	1.183.457	-	-	182.037		38.000
Relações Interfinanceiras e Interdependências	296.771	296.770	296.770	-	-	75		-
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	93.261	89.613	87.252	-	-	-		2.361
Outros Ativos	94.401	83.100	83.100	-	-	77.581		-
Permanente	37.430	64.915	47.834	-	-	-		17.081
Investimentos	8.948	38.891	38.560	-	-	-		331
Imobilizado de Uso	9.765	9.274	9.274	-	-	-		-
Imobilizado de Arrendamento	-	-	-	-	-	-		-
Ágio e Intangível	18.717	16.750	-	-	-	-		16.750
Total do Ativo	3.199.692	2.834.356	2.354.547	382.964	36.471	498.059		60.374
Passivo								
Circulante e Não Circulante	2.990.324	2.601.904	-	578.487	-	311.919		2.023.417
Depósitos	1.099.998	1.110.902	-	-	-	79.882		1.110.902
Captações no Mercado Aberto	528.406	528.583	-	516.293	-	79.096		12.290
Instrumentos de Dívida	419.894	421.485	0	0	0	2.907		421.485
Obrigações por Empréstimos e Repasses	136.916	136.915	-	-	-	2.379		136.915
Derivativos	88.588	88.541	-	62.194	-	6.883		26.347
Relações Interfinanceiras e Interdependências	109.359	109.027	-	-	-	2.087		109.027
Provisões para Garantias Financeiras, Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar	2.314	2.314	-	-	-	-		2.314
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	371.959	-	-	-	-	-		-
Demais Provisões	16.795	16.594	-	-	-	-		16.594
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	19.259	16.403	-	-	-	-		16.403
Outros Passivos	196.836	171.140	-	-	-	138.685		171.140
Total do Passivo	2.990.324	2.601.904	-	578.487	-	311.919		2.023.417

LI2: Principais causas das diferenças entre os valores considerados na regulamentação prudencial e os valores das exposições

Em R\$ milhões

31/06/2026

	Total	Valores			
		Sujeitos ao risco de crédito	Sujeitos ao risco de crédito de contraparte	Sujeitos ao arcabouço de securitização	Sujeitos ao risco de mercado
Total de ativos considerados na regulamentação prudencial	2.773.982	2.354.513	382.964	36.471	498.059
Total de passivos considerados na regulamentação prudencial	578.487	-	578.487	-	311.919
Valor líquido considerado na regulamentação prudencial	2.195.495	2.354.513	(195.523)	36.471	186.140
Exposições não contabilizadas no balanço patrimonial	386.882	179.350	207.532	0	0
<i>Diferenças no apreamento de instrumentos financeiros</i>	-	-	-	-	-
<i>Outras diferenças</i>	546.854	-8.542	555.396	0	0
Exposições consideradas para fins prudenciais	3.129.231	2.525.321	567.405	36.471	186.140

PV1: Ajustes prudenciais (PVA)

Em R\$ milhões

31/03/2026

	Ações	Taxa de juros	Câmbio	Crédito	Mercadorias	Total	Do qual: na carteira de negociação	Do qual: na carteira bancária
Incerteza sobre o custo de liquidação das posições, dos quais:	-	-	-	1	-	1	-	1
<i>Custo de liquidação das posições</i>	-	-	-	1	-	1	-	1
<i>Concentração de mercado</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
Risco de pagamento antecipado	-	1	-	12	-	13	-	13
Risco de modelo	44	19	-	7	-	70	44	26
Risco operacional	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos efetivos de aplicação e captação de recursos	-	-	-	-	-	-	-	-
Spread de risco de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos administrativos futuros	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	44	20	-	20	-	84	44	40

Instituições integrantes das Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco Holding

Abaixo, são apresentadas as listas das instituições controladas consolidadas no Balanço Societário e Prudencial.

Instituições controladas consolidadas no Balanço Societário e Prudencial ⁽²⁾	Pais de Origem ⁽¹⁾	% Participação Total
Acácia FIDC Direito Creditório Responsabilidade LTDA	Brasil	100,00%
Aj Títulos Públicos Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	Brasil	100,00%
Angioo FIDC Segmento Infraestrutura e Agronegócio de Responsabilidade Limitada	Brasil	100,00%
Avenue Cash LLC	Estados Unidos	50,10%
Avenue Holding Financeira LTDA.	Brasil	50,10%
Avenue Securities Banco De Investimento S.A.	Brasil	50,10%
Avenue Securities LLC	Estados Unidos	50,10%
Banco Investcred Unibanco S.A.	Brasil	50,00%
Banco Itaú (Suisse) S.A.	Suíça	100,00%
Banco Itaú Chile	Chile	67,42%
Banco Itaú Consignado S.A.	Brasil	100,00%
Banco Itaú International	Estados Unidos	100,00%
Banco Itaú Paraguay S.A.	Paraguai	100,00%
Banco Itaú Uruguay S.A.	Uruguai	100,00%
Banco Itaú Veículos S.A.	Brasil	100,00%
Banco ItauBank S.A.	Brasil	100,00%
Banco Itaucard S.A.	Brasil	100,00%
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Brasil	100,00%
Erythrina FIDC Segm Infra e Agro Responsabilidade	Brasil	100,00%
FIDC B2cycle NPL	Brasil	100,00%
FIDC Cloudw Akira I	Brasil	96,26%
FIDC Kiwify	Brasil	77,88%
FIDC Mobilitas	Brasil	85,88%
FIDC Sumup Solo	Brasil	93,14%
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Brasil	53,88%
Fundo De Invest Dir Creditórios Não Padron NPL II	Brasil	100,00%
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS ECO INVEST BRASIL	Brasil	100,00%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios IA	Brasil	100,00%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Soul	Brasil	61,96%
Fundo Fortaleza de Investimento Imobiliário	Brasil	100,00%
Fundo Kinea Ventures	Brasil	100,00%
IA II - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada	Brasil	100,00%
Ideal Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Brasil	50,10%
Ideal Holding Financeira S.A.	Brasil	50,10%
Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Brasil	100,00%
Iresolve Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.	Brasil	100,00%
Itaú (Panamá) S.A.	Panamá	67,06%
Itaú Administradora de Consórcios Ltda.	Brasil	100,00%
Itaú Administradora de Fondos de Inversión S.A	Uruguai	100,00%
Itaú Bank & Trust Bahamas Ltd.	Bahamas	100,00%
Itaú Bank & Trust Cayman Ltd.	Ilhas Cayman	100,00%
Itaú Bank, Ltd.	Ilhas Cayman	100,00%
Itaú BBA Europe S.A.	Portugal	100,00%
Itaú BBA International Plc.	Reino Unido	100,00%

1) As instituições operam em seus respectivos países de origem.

2) O Fundo Cloudwalk Kick Ass I Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios compôs o Itaú Unibanco Holding Consolidado até 28/02/2026

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

Instituições controladas consolidadas no Balanço Societário e Prudencial	País de Origem ⁽¹⁾	% Participação Total
Itaú BBA Trading S.A.	Brasil	100,00%
Itaú BBA Trading S.A. - Sucursal Uruguay	Uruguai	100,00%
Itaú BBA USA Securities Inc.	Estados Unidos	100,00%
Itaú Chile New York Branch.	Estados Unidos	67,42%
Itaú Colombia S.A	Colômbia	67,06%
Itaú Comisionista de Bolsa Colombia S.A.	Colômbia	67,06%
Itaú Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	Brasil	100,00%
Itaú Corredores de Bolsa Limitada	Chile	67,42%
Itaú Corretora de Valores S.A.	Brasil	100,00%
Itaú Fiduciária Colombia S.A. Sociedad Fiduciaria	Colômbia	67,04%
Itaú International Securities Inc.	Estados Unidos	100,00%
Itaú Invest Casa de Bolsa S.A.	Paraguai	100,00%
Itaú Isento Marco 30 FIC de Fundos Incentivados de Inv Financeiro Em Infra RF Resp Limitada	Brasil	0,64%
Itaú Isento Marco 28 Fundo de Investimento em Cotas de FIIF em Infra RF - Resp Limitada	Brasil	1,36%
Itaú Isento Marco 29 Fundo de Investimento em Cotas de FIIF em Infra RF - Resp Limitada	Brasil	0,05%
Itaú Isento Setembro 28 Fundo de Investimento em Cotas de FIIF em Infra RF Resp Limitada	Brasil	0,53%
Itaú Isento Setembro 29 FIC de Fundos Incentivados	Brasil	0,56%
Itaú Kinea Private Equity Multimercado Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Crédito Privado	Brasil	100,00%
Itaú Unibanco Holding S.A.	Brasil	100,00%
Itaú Unibanco Holding S.A., Grand Cayman Branch	Ilhas Cayman	100,00%
Itaú Unibanco S.A.	Brasil	100,00%
Itaú Unibanco S.A., Miami Branch	Estados Unidos	100,00%
Itaú Unibanco S.A., Nassau Branch	Bahamas	100,00%
Itaú Unibanco Veículos Administradora de Consórcios Ltda.	Brasil	100,00%
ITB Holding Ltd.	Ilhas Cayman	100,00%
Kinea CDI Absoluto Fundo De Investimento Financeiro Renda Fixa LP Resp Limitada	Brasil	17,28%
Kinea CO-investimento Fundo de Investimento Imobiliário	Brasil	99,98%
Kinea Equity Infra I Warehouse Feeder MM Ficfi CP	Brasil	100,00%
Kinea FOF Imobiliário FIF Multimercado - Responsabilidade Limitada	Brasil	59,67%
Kinea I Private Equity FIP Multiestratégia	Brasil	99,68%
Kinea IMA- B5 Absoluto Fundo De Investimento Financeiro Renda Fixa LP Resp Limitada	Brasil	100,00%
Kinea KP Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado	Brasil	100,00%
Licania Fund Limited	Ilhas Cayman	100,00%
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	Brasil	50,00%
Microinvest S.A. Soc. de Crédito a Microempreendedor	Brasil	100,00%
NC 2025 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	Brasil	100,00%
NC 2025 I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	Brasil	100,00%
OCA Dinero Electrónico S.A.	Uruguai	100,00%
OCA S.A.	Uruguai	100,00%
Oiti Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior	Brasil	100,00%
Redecard Instituição de Pagamento S.A.	Brasil	100,00%
Redecard Sociedade de Crédito Direto S.A	Brasil	100,00%
Riblinor S.A.	Uruguai	75,00%
RT Itaú DJ Títulos Públicos Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	Brasil	100,00
RT Scala Renda Fixa - Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento	Brasil	100,00
Tangerina Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Responsabilidade Limitada	Brasil	100,00
Tarumã 2 FIF Fundo Incentivado em Investimento em Deb de Infra RF Cred Priv Resp Limitada	Brasil	100,00
Tarumã Fundo Incentivado de Investimento em Debêntures de Infraestrutura Renda Fixa Crédito Privado	Brasil	100,00
Théros Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas	Brasil	100,00
Vitex FIF Fundo Incentivado em Investimento em Debêntures de Infra RF Cred Priv Resp Limitada	Brasil	100,00

1) As instituições operam em seus respectivos países de origem.

Instituições Integrantes das Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco Holding

Abaixo, são apresentadas as listas das instituições controladas consolidadas apenas no Balanço Societário.

Instituições controladas consolidadas apenas no Balanço Societário	País de Origem ⁽¹⁾	% Participação Total
Administradora de Fondos de Ahorro Previsional Itaú S.A.	Uruguai	100,00%
Albarus S.A.	Paraguai	100,00%
Ank Platform S.A.	Argentina	100,00%
Avenue Delaware LLC	Estados Unidos	50,10%
Avenue Digital Assets LLC	Estados Unidos	50,10%
Avenue Global Advisors LLC	Estados Unidos	50,10%
Avenue Holding Cayman Ltd.	Ilhas Cayman	50,10%
Avenue Holding LTDA.	Brasil	50,10%
Avenue Holdings INC.	Estados Unidos	50,10%
Avenue Securities Gestora De Recursos LTDA.	Brasil	50,10%
Avenue Services LLC	Estados Unidos	50,10%
Avita Corretora de Seguros S.A.	Brasil	80,00%
Beta Correspondente e Tecnologia LTDA	Brasil	100,00%
Borsen Renda Fixa Crédito Privado - Fundo de Investimento	Brasil	100,00%
Cia. Itaú de Capitalização	Brasil	100,00%
Conexão Tecnologia de Pagamentos LTDA	Brasil	100,00%
Estrel Serviços Administrativos S.A.	Brasil	100,00%
FC Recovery S.A.U	Argentina	100,00%
iCarros Ltda.	Brasil	100,00%
IGA Participações S.A.	Brasil	100,00%
Investimentos Bemge S.A.	Brasil	86,81%
Itaú Administradora General de Fondos S.A.	Chile	67,42%
Itaú Asesorías Financieras Limitada	Chile	67,42%
Itaú Asset Management Administradora de Fondos Patrimoniales de Inversión S.A.	Paraguai	100,00%
Itaú Bahamas Directors Ltd.	Bahamas	100,00%
Itaú Bahamas Nominees Ltd.	Bahamas	100,00%
Itaú BBA Assessoria Financeira S.A.	Brasil	100,00%
Itaú Chile Inversiones, Servicios y Administracion S.A.	Chile	100,00%
Itaú Chile Participaciones SpA	Chile	100,00%
Itaú Consultoria de Valores Mobiliários e Participações S.A.	Brasil	100,00%
Itaú Corredor de Seguros Colombia S.A.	Colômbia	67,41%
Itaú Corredores de Seguros Limitada	Chile	67,42%
Itaú Corretora de Seguros S.A.	Brasil	100,00%
Itaú Europe S.A.	Luxemburgo	100,00%
Itaú Holding Colombia S.A.S.	Colômbia	67,42%
Itaú Institucional Renda Fixa Fundo de Investimento		
Itaú International Holding Cayman Ltd.	Ilhas Cayman	100,00%
Itaú Rent Administração e Participações Ltda.	Brasil	100,00%
Itaú Seguros Paraguay S.A.	Paraguai	100,00%
Itaú Seguros S.A.	Brasil	100,00%
Itaú Sociedade Prestadora de Serviços Ativos Virtuais LTDA	Brasil	100,00%
Itaú Unibanco Asset Management Ltda.	Brasil	100,00%
Itaú Unibanco Comercializadora de Energia Ltda.	Brasil	100,00%
Itaú USA Asset Management Inc.	Estados Unidos	100,00%
Itaú Vida e Previdência S.A.	Brasil	100,00%
Itauseg Participações S.A.	Brasil	100,00%
Itauseg Saúde S.A.	Brasil	100,00%
ITB Holding Brasil Participações Ltda.	Brasil	100,00%
IU Corretora de Seguros Ltda.	Brasil	100,00%
Kinea Investimentos Ltda.	Brasil	80,00%
Kinea US Asset Management LLC	Estados Unidos	80,00%
Mundostar S.A.	Uruguai	100,00%
Myprofit Crossborder Technologies S.A.	Brasil	50,10%
Pont Sociedad Anónima	Paraguai	100,00%

1) As instituições operam em seus respectivos países de origem

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

Instituições controladas consolidadas apenas no Balanço Societário	País de Origem ⁽¹⁾	% Participação Total
PR Curitiba Mariano Torres Ltda.	Brasil	100,00%
Proserv - Promociones y Servicios, S.A. de C.V.	México	100,00%
Provar Negócios de Varejo Ltda.	Brasil	100,00%
Recaudaciones y Cobranzas Limitada	Chile	67,42%
Recovery do Brasil Consultoria S.A.	Brasil	100,00%
Red Visual S.A.	Uruguai	100,00%
Resonet S.A.	Uruguai	100,00%
RJ Niteroi Icarai Ltda.	Brasil	100,00%
RT Alm 5 Fundo de Investimento Renda Fixa	Brasil	100,00%
RT Alm Soberano 2 Fundo de Investimento Renda Fixa	Brasil	100,00%
RT Defiant Multimercado - Fundo de Investimento	Brasil	100,00%
RT Endeavour Renda Fixa Crédito Privado - Fundo de Investimento	Brasil	100,00%
RT Mocah Fundo de Investimento Financeiro Renda Fixa - Responsabilidade Limitada	Brasil	100,00%
RT Multigestor 4 Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	Brasil	100,00%
RT Nation II Fundo de Investimento Financeiro Renda Fixa - Responsabilidade Limitada	Brasil	100,00%
RT Nation Renda Fixa - Fundo de Investimento	Brasil	100,00%
RT Valiant Renda Fixa - Fundo de Investimento	Brasil	100,00%
SP Alameda Franca LTDA	Brasil	100,00%
SP Amadeu Amaral Ltda.	Brasil	100,00%
SP Antonia Queiroz Ltda	Brasil	100,00%
SP Augusta Ltda	Brasil	100,00%
SP Av Juscelino Kubitschek Ltda	Brasil	100,00%
SP Av Morumbi Ltda	Brasil	100,00%
SP Av. Jabaquara Ltda.	Brasil	100,00%
SP Av. Rangel Pestana Ltda.	Brasil	100,00%
SP Bairro Moema Ltda.	Brasil	100,00%
SP Bairro Sumarezinho Ltda	Brasil	100,00%
SP Bairro Vila Guilherme Ltda.	Brasil	100,00%
SP Brooklin Rua Santo Amaro Ltda	Brasil	100,00%
SP Butanta Ltda	Brasil	100,00%
SP CEAGESP Ltda	Brasil	100,00%
SP Clelia Ltda	Brasil	100,00%
SP Eusebio Matoso Ltda	Brasil	100,00%
SP Itaberaba Ltda	Brasil	100,00%
SP Maracatins Ltda	Brasil	100,00%
SP Nova JK Ltda	Brasil	100,00%
SP Padre João Manuel Ltda.	Brasil	100,00%
SP Pássaros e Flores Ltda.	Brasil	100,00%
SP Rua Da Consolacao Ltda	Brasil	100,00%
SP Rua Das Palmeiras Ltda.	Brasil	100,00%
SP Santos Embare Ltda.	Brasil	100,00%
SP Santos Jose Menino Ltda.	Brasil	100,00%
SP Senador Queiros Ltda.	Brasil	100,00%
SP Serra De Bragança Ltda	Brasil	100,00%
SP Vila Clementino Ltda.	Brasil	100,00%
SP Vila Olimpia Araguari Ltda.	Brasil	100,00%
SPE IRA 01 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 02 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 03 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 04 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 05 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 06 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 07 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 08 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 09 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 10 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 11 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 12 LTDA	Brasil	100,00%
Spe Ira 13 Ltda	Brasil	100,00%
Spe Ira 14 Ltda	Brasil	100,00%
Spe Ira 15 Ltda	Brasil	100,00%
Spe Ira 16 Ltda	Brasil	100,00%
Spe Ira 17 Ltda	Brasil	100,00%
Spe Ira 18 Ltda	Brasil	100,00%
Spe Ira 19 Ltda	Brasil	100,00%
Spe Ira 20 Ltda	Brasil	100,00%
Spe Ira 21 Ltda	Brasil	100,00%
Spe Ira 22 Ltda	Brasil	100,00%
Spe Ira 23 Ltda	Brasil	100,00%
Spe Ira 24 Ltda	Brasil	100,00%
Spe Ira 25 Ltda	Brasil	100,00%
Spe Ira 26 Ltda	Brasil	100,00%
Spe Ira 27 Ltda	Brasil	100,00%
ZUP I.T. Serviços em Tecnologia e Inovação S.A.	Brasil	100,00%
ZUP Innovation Corp.	Estados Unidos	100,00%

⁽¹⁾ As Instituições operam em seus respectivos países de origem.

As tabelas de instituições apresentadas acima representam o escopo total de empresas do Conglomerado do Itaú Unibanco.

Instituições não consolidadas

A seguir, estão as instituições coligadas e as controladas em conjunto não consolidadas no Balanço Societário e Prudencial:

Instituições não consolidadas	País de Origem ⁽¹⁾	% Participação Total ⁽²⁾
BANFUR International S.A.	Panamá	30,00%
Biomás Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A	Brasil	16,67%
BSF Holding S.A	Brasil	49,00%
Caja de Valores del Paraguay S.A.	Paraguai	9,09%
CIP S.A	Brasil	22,89%
Conectar Instituição de Pagamento e Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	Brasil	50,00%
Gestora de Inteligência de Crédito S.A	Brasil	15,71%
Kinea Private Equity Investimentos S.A.	Brasil	80,00%
Olímpia Promoção e Serviços S.A.	Brasil	50,00%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	Brasil	42,93%
Pravaler S.A.	Brasil	50,14%
PREX Holding LLC	Estados Unidos	30,00%
Rede Agro Fidelidade e Intermediação	Brasil	12,82%
Rias Redbanc S.A.	Uruguai	25,00%
Tecnologia Bancária S.A.	Brasil	28,75%
Totvs Techfin S.A.	Brasil	50,00%

1) As instituições operam em seus respectivos países de origem.

2) Considera apenas participação direta.

Instituições relevantes

São apresentadas a seguir as empresas consideradas relevantes não consolidadas no Balanço Prudencial, com informações de ativo total, patrimônio líquido, país e segmento de atuação:

Em R\$ milhões			31/03/2026		31/12/2025	
Instituições	País	Segmento	Ativo Total	Patrimônio Líquido	Ativo Total	Patrimônio Líquido
Cia. Itaú de Capitalização	Brasil	Capitalização	6.104	793	6.347	818
Itaú Consultoria de Valores Mobiliários e Participações S.A.	Brasil	Holdings de instituições financeiras	1.405	1.313	1.378	1.280
Itaú Corretora de Seguros S.A.	Brasil	Corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde	2.684	1.109	2.533	875
Itaú Seguros S.A.	Brasil	Seguros	12.031	2.943	12.526	3.378
Itaú Vida e Previdência S.A.	Brasil	Previdência Complementar	365.743	4.466	354.729	4.524
Itauseg Participações S.A.	Brasil	Holdings de instituições não financeiras	14.117	14.040	13.073	12.947
ITB Holding Brasil Participações Ltda.	Brasil	Holdings de instituições financeiras	56.235	55.407	58.345	56.794
Provar Negócios de Varejo Ltda.	Brasil	Outras atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente	2.295	2.241	2.239	2.193

Composição do Capital

CCA: Principais características dos instrumentos que compõem o Patrimônio de Referência (PR)

Os instrumentos autorizados a compor Capital Complementar ou o Nível II podem ser extintos segundo critérios estabelecidos na Resolução nº 4.955, tais como o descumprimento dos índices mínimos regulatórios, decretação de regime de administração especial temporária ou intervenção, aporte de recurso público ou determinação do Banco Central do Brasil. Caso algum critério para extinção dos instrumentos subordinados seja acionado, a área responsável pela gestão de Capital do Itaú Unibanco acionará as áreas envolvidas para o cumprimento do seguinte plano de ação:

- Tesouraria e produtos, através do agente de pagamento dos instrumentos subordinados ou diretamente através da depositária central, farão a notificação aos seus detentores para que cessem as negociações de tais instrumentos;
- As áreas operacionais e contábeis realizarão os procedimentos necessários no processo para o tratamento adequado da extinção; e
- A área de Relações com Investidores comunicará ao mercado a extinção dos instrumentos subordinados.

A tabela CCA - Principais características dos instrumentos que compõem o Patrimônio de Referência (PR) está disponível em www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores, na seção “Resultados e Relatórios”, “Documentos Regulatórios”, “Pilar 3”.

CC1: Composição do Patrimônio de Referência (PR) ¹

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

			31/03/2026
		Valor (R\$ mil)	Referência no balanço do conglomerado
Capital Principal: instrumentos e reservas			
1	Instrumentos elegíveis ao Capital Principal	136.909.898	(k)
2	Reservas de lucros	65.015.812	(l)
3	Outras receitas e outras reservas	(1.576.796)	(m)
5	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias do conglomerado prudencial e elegíveis ao seu Capital Principal	5.909.651	(j)
6	Capital Principal antes dos ajustes prudenciais	206.258.565	
Capital Principal: ajustes prudenciais			
7	Ajustes prudenciais relativos a apreçamentos de instrumentos financeiros (PVA)	84.061	
8	Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	1.558.674	(e)
9	Ativos intangíveis	15.522.176	(h) / (i)
10	Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998	2.353.108	(b)
11	Ajustes relativos ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos cujos ajustes de marcação a mercado não são registrados contabilmente	(271.367)	
12	Déficit de provisões em relação às perdas esperadas	-	
15	Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido	-	(d)
16	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Principal da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	264.828	(n)
17	Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Capital Principal	-	
18	Valor total das deduções relativas às participações líquidas não significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar	-	
19	Valor total das deduções relativas às participações líquidas significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, que exceda 10% do valor do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	-	
21	Valor total das deduções relativas aos créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, que exceda 10% do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	-	
22	Valor que excede, de forma agregada, 15% do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado	-	
23	do qual: oriundo de participações líquidas significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-	
25	do qual: oriundo de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização	-	
26	Ajustes regulatórios nacionais	(23.734)	
26.a	Ativos permanentes diferidos	-	(g)
26.b	Investimentos em dependências, instituições financeiras controladas no exterior ou entidades não financeiras que componham o conglomerado, em relação às quais o Banco Central do Brasil não tenha acesso a informações, dados e documentos	-	
26.d	Aumento de capital social não autorizado	-	
26.e	Excedente do valor ajustado de Capital Principal	-	
26.f	Depósito para suprir deficiência de capital	-	
26.g	Montante dos ativos intangíveis constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	(i)
26.h	Excesso dos recursos aplicados no Ativo Permanente	-	
26.i	Destaque do PR, conforme Resolução nº 4.589, de 29 de junho de 2017	-	
26.j	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Principal para fins regulatórios	(23.734)	
27	Dedução aplicada ao Capital Principal decorrente de insuficiência de Capital Complementar e de Nível II para cobrir as respectivas deduções nesses componentes	-	
28	Total de deduções regulatórias ao Capital Principal	19.487.746	
29	Capital Principal	186.770.818	
Capital Complementar: instrumentos			
30	Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	21.455.898	
31	dos quais: classificados como capital social conforme as regras contábeis	-	
32	dos quais: classificados como passivo conforme as regras contábeis	21.455.898	
33	Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
34	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias da instituição ou conglomerado e elegíveis ao seu Capital Complementar	956.098	
35	da qual: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
36	Capital Complementar antes das deduções regulatórias	22.411.996	

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

Capital Complementar: deduções regulatórias

37	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Complementar da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-
38	Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Capital Complementar	-
39	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos não significativos em Capital Complementar de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas	-
40	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos significativos em Capital Complementar de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas	-
41	Ajustes regulatórios nacionais	-
41.b	Participação de não controladores no Capital Complementar	-
41.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Complementar para fins regulatórios	-
42	Dedução aplicada ao Capital Complementar decorrente de insuficiência de Nível II para cobrir a dedução nesse componente	-
43	Total de deduções regulatórias ao Capital Complementar	-
44	Capital Complementar	22.411.996
45	Nível I	209.182.814

Nível II: instrumentos e provisões

46	Instrumentos elegíveis ao Nível II	20.072.282
47	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-
48	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias do conglomerado e elegíveis ao seu Nível II	1.271.958
49	da qual: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-
50	Superávit de provisões em relação à perdas esperadas	308
51	Nível II antes das deduções regulatórias	21.344.548

Nível II: deduções regulatórias

52	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Nível II da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-
53	Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Nível II	-
54	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos não significativos em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas	-
55	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos significativos em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas	-
56	Ajustes regulatórios nacionais	-
56.b	Participação de não controladores no Nível II	-
56.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Nível II para fins regulatórios	-
57	Total de deduções regulatórias ao Nível II	-
58	Nível II	21.344.548
59	Patrimônio de Referência	230.527.362
60	Total de ativos ponderados pelo risco (RWA)	1.560.810.228

Índices de Basileia e Adicional de Capital Principal

61	Índice de Capital Principal (ICP)	12,0%
62	Índice de Nível I (IN1)	13,4%
63	Índice de Basileia (IB)	14,8%
64	Percentual do adicional de Capital Principal (em relação ao RWA)	3,6%
65	do qual: adicional para conservação de capital - ACPConservação	2,5%
66	do qual: adicional contracíclico - ACPContracíclico	0,1%
67	do qual: Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPSistêmico	1,0%
68	Capital Principal excedente ao montante utilizado para cumprimento dos requerimentos de capital, como proporção do RWA (%)	3,2%

Valores abaixo do limite de dedução antes da aplicação de fator de ponderação de risco

72	Valor total, sujeito à ponderação de risco, das participações não significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, bem como dos investimentos não significativos em Capital Complementar, em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas	2.290.860	
73	Valor total, sujeito à ponderação de risco, das participações significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar	16.783.376	(f) / (a)
75	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, não deduzidos do Capital Principal	9.960.379	(c)

Instrumentos autorizados a compor o PR antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013 (aplicável entre 1º de janeiro de 2018 e 1º de janeiro de 2022)

82	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-
83	Valor excluído do Capital Complementar devido ao limite da linha 82	-
84	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-
85	Valor excluído do Nível II devido ao limite da linha 84	-

1) O ajuste no patrimônio líquido, oriundo da adoção dos critérios de constituição de provisões para perdas esperadas previstos na Resolução CMN Nº 4.966, impactou o capital de maneira faseada conforme definido na Resolução CMN nº 5.199.

CC2: Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o balanço patrimonial

Em R\$ milhões, ao final do período

31/03/2026

	Valores do balanço patrimonial no final do período	Valores considerados para fins da regulamentação prudencial no final do período	Referência no balanço do conglomerado ⁽²⁾
Balanço Patrimonial Consolidado ⁽¹⁾			
Ativo			
Circulante e Não Circulante	3.162.262	2.769.441	
Disponibilidades	39.723	39.646	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	357.134	349.280	
Títulos e Valores Mobiliários	968.035	595.861	
Derivativos	93.624	93.714	
Operações com Característica de Concessão de Crédito	1.219.313	1.221.457	
Relações Interfinanceiras e Interdependências	296.771	296.770	
Ativos Fiscais Corrente e Diferidos	93.261	89.613	(b) / (c)
Outros Ativos	94.401	83.100	(b) / (d)
Permanente	37.430	64.915	
Investimentos	8.948	38.891	(a) / (e) / (f)
Imobilizado de Uso	9.765	9.274	
Ágio e Intangível	18.717	16.750	(e) / (h) / (i)
Total do Ativo	3.199.692	2.834.356	
Passivo			
Circulante e Não Circulante	2.990.324	2.601.904	
Depósitos	1.099.998	1.110.902	
Captações no Mercado Aberto	528.406	528.583	
Instrumentos de Dívida	419.894	421.485	
Obrigações por Empréstimos e Repasses	136.916	136.915	
Derivativos	88.588	88.541	
Relações Interfinanceiras e Interdependências	109.359	109.027	
Provisões para Garantias Financeiras, Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar	2.314	2.314	
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	371.959	-	
Demais Provisões	16.795	16.594	
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	19.259	16.403	(b) / (c)
Outros Passivos	196.836	171.140	(b) / (d)
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores	200.098	200.084	
Capital Social	136.910	136.910	(k)
Outras Receitas e Outras Reservas	(1.668)	(1.577)	(m)
Reservas de Lucros	65.121	65.016	(l)
(Ações em Tesouraria)	(265)	(265)	(n)
Participações de Acionistas Não Controladores	9.270	32.368	(j)
Total do Patrimônio Líquido	209.368	232.452	
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	3.199.692	2.834.356	

1) Diferenças se devem, principalmente, à não consolidação de empresas não financeiras (destacando-se empresas de Seguros, Previdência e Capitalização) no Consolidado Prudencial, além das eliminações das transações com Partes Relacionadas.

2) Informações do prudencial que são apresentadas na tabela CC1 deste relatório.

Indicadores Macroprudenciais**CCyB1: Distribuição geográfica das exposições ao risco de crédito consideradas no cálculo do ACP_{Contracíclico}**

A tabela a seguir detalha a distribuição geográfica das exposições ao risco de crédito consideradas no cálculo do ACP_{contracíclico}, de acordo com a Circular 3.769 de 29 de Outubro de 2015:

Em R\$ milhões					31/03/2026
Jurisdição	ACCPi	Valores de exposição e de RWACPrNB considerados no cálculo do ACP _{Contracíclico}		Adicional contracíclico aplicável à instituição	Valor do ACP _{Contracíclico} ⁽³⁾
		Montante da exposição ao risco de crédito ao setor privado não bancário	RWACPrNB		
Brasil	-	2.206.043	862.660		-
Chile	0,50%	195.072	111.844	0,06%	896
Uruguai	-	41.752	26.651		-
Luxemburgo	0,50%	4.930	2.677		-
Espanha	0,50%	2.817	2.185		-
Alemanha	0,75%	1.025	1.001		-
Reino Unido	2,00%	16/03/0302	782,00		0
França	1,00%	1.194	741		-
Suécia	2,00%	765	498		-
Holanda	2,00%	308	225		-
Noruega	2,50%	139	73		-
Austrália	0,01%	45	50		-
Dinamarca	2,50%	63	31		-
Bélgica	1,00%	10	-		-
Irlanda	1,50%	4,00	0		0
Subtotal ⁽¹⁾		2.454.167	1.009.418		
Total ⁽²⁾		2.634.321	1.101.651	0,06%	896

1) Soma das parcelas RWACPrNB relativas às exposições ao risco de crédito ao setor privado não bancário do Brasil e das jurisdições com percentual do adicional contracíclico com valores maiores que zero.

2) Total do RWA para as exposições ao risco de crédito privado não bancário para todas as jurisdições em que o banco apresenta exposição, incluindo jurisdições sem percentual de contracíclico aplicado ou com percentual de contracíclico igual a zero.

3) Apuração conforme Circular 3.769 utilizando a faculdade de exclusão de jurisdição.

GSIB1: Indicadores utilizados para caracterização de instituição financeira como sistemicamente importante em âmbito global (G-SIBs)

A tabela GSIB1, Indicadores utilizados para caracterização de instituição financeira como sistemicamente importante em âmbito global (G-SIBs), fica disponível em www.italu.com.br/relacoes-com-investidores, na seção “Resultados e Relatórios”, “Documentos Regulatórios”, “Pilar 3”, conforme prazo definido na Resolução BCB 54/20.

Razão de Alavancagem

A razão de alavancagem é definida como a razão entre Capital de Nível I e Exposição Total, calculada nos termos da Circular BACEN 3.748, cujo requerimento mínimo é 3%. O objetivo da razão é ser uma medida simples de alavancagem não sensível a risco, logo não leva em consideração fatores de ponderação de risco ou mitigações.

As informações apresentadas a seguir seguem a metodologia estabelecida pela Circular BACEN 3.748.

LR1: Comparação entre informações das demonstrações financeiras e as utilizadas para apuração da Razão de Alavancagem (RA)

Em R\$ milhões	31/03/2026	31/12/2025
Ativo total de acordo com as demonstrações financeiras publicadas	3.199.692	3.096.277
Ajuste decorrente de diferenças de consolidação contábil	(365.336)	(357.062)
Ativo total do balanço patrimonial individual ou do conglomerado prudencial, no caso de apuração da RA em bases consolidadas.	2.834.356	2.739.215
Ajuste relativo ao método de apuração do valor dos instrumentos financeiros derivativos	183.283	60.312
Ajuste relativo ao método de apuração do valor das operações compromissadas e de empréstimo de ativos	11.009	10.627
Ajuste relativo a operações não contabilizadas no balanço patrimonial	250.261	248.219
Outros ajustes	(48.784)	(74.896)
Exposição Total	3.230.125	2.983.477

LR2: Informações detalhadas sobre a Razão de Alavancagem

Em R\$ milhões	31/03/2026	31/12/2025
Itens contabilizados no balanço patrimonial		
Itens patrimoniais, exceto instrumentos financeiros derivativos, títulos e valores mobiliários recebidos por empréstimo e revenda a liquidar em operações compromissadas	2.450.409	2.403.586
Ajustes relativos aos elementos patrimoniais deduzidos na apuração do Nível I	(25.622)	(24.507)
Total das exposições contabilizadas no balanço patrimonial	2.424.787	2.379.079
Operações com instrumentos financeiros derivativos		
Valor de reposição em operações com derivativos	62.121	26.241
Ganho potencial futuro decorrente de operações com derivativos	60.970	32.028
Ajuste relativo à margem de garantia diária prestada	-	-
Ajuste relativo à dedução da exposição relativa a contraparte central qualificada (QCCP) nas operações de derivativos em nome de clientes nas quais não há obrigatoriedade contratual de reembolso em decorrência de falência ou inadimplemento das entidades responsáveis pela liquidação e compensação das transações	(35.130)	(57.507)
Valor de referência dos derivativos de crédito	171.540	87.131
Ajuste no valor de referência dos derivativos de crédito	(32.956)	(32.849)
Total das exposições relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos	226.545	55.044
Operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários (TVM)		
Aplicações em operações compromissadas e em empréstimo de TVM	291.724	267.560
Ajuste relativo a recompras a liquidar e a TVM cedidos por empréstimo	-	-
Valor relativo ao risco de crédito da contraparte (CCR)	11.009	10.627
Valor relativo ao CCR em operações de intermediação	25.799	22.948
Total das exposições relativas a operações compromissadas e de empréstimo de TVM	328.532	301.135
Itens não contabilizados no balanço patrimonial		
Valor de referência das operações não contabilizadas no balanço patrimonial	730.232	719.309
Ajuste relativo à aplicação de FCC específico às operações não contabilizadas no balanço	(479.971)	(471.090)
Total das exposições não contabilizadas no balanço patrimonial	250.261	248.219
Capital e Exposição Total		
Nível I	209.183	208.161
Exposição Total	3.230.125	2.983.477
Razão de Alavancagem (RA)		
Razão de Alavancagem (%)	6,5%	7,0%

Indicadores de Liquidez

LIQA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de liquidez

Estrutura e Tratamento

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Seguindo a estratégia de captação de recursos, o Itaú Unibanco possui disponibilidade de fontes de *funding* diversificadas e estáveis monitoradas através de indicadores de concentração e de prazos, visando mitigar os riscos de liquidez, em linha com o apetite de risco da instituição.

A governança do gerenciamento de risco de liquidez está baseada em órgãos colegiados, subordinados ao CA ou à estrutura executiva do Itaú Unibanco. Tais órgãos estabelecem os apetites de risco da instituição, definem as alçadas relacionadas ao controle de liquidez e acompanham os indicadores de liquidez.

O controle de risco de liquidez é realizado por área independente das áreas de negócio, responsável por definir a composição da reserva, estimar o fluxo de caixa e a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo e monitorar indicadores de liquidez de curto prazo (LCR) e de longo prazo (NSFR). Adicionalmente, propõe limites mínimos para absorver perdas em cenários de estresse para cada país onde o Itaú Unibanco opera, e informa eventuais desenquadramentos às alçadas competentes. Todas as atividades são sujeitas à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

Além disso, em observância às exigências da Resolução 4.557, da Circular BACEN 3.749 e da Circular 3.869, é enviado mensalmente ao BACEN o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL - LCR) e o Demonstrativo de Liquidez de Longo Prazo (DLP - NSFR). Por fim, periodicamente, são elaborados e submetidos à alta administração os seguintes itens para acompanhamento e suporte às decisões:

- Estresse de indicadores de liquidez baseados em cenários macroeconômicos, simulação de estresse reverso com base no apetite de risco, e projeção dos principais indicadores de liquidez para suporte às decisões;
- Planos de contingência e de recuperação para situações de crise, com ações que preveem uma gradação por nível de criticidade determinada pela facilidade de implantação, levando-se em consideração as características do mercado local de atuação, buscando uma rápida recomposição dos indicadores de liquidez;
- Relatórios e gráficos que descrevem as posições de risco;
- Indicadores de concentração de provedores de *funding* e prazo.

O documento “Relatório de Acesso Público - Gestão e Controle de Risco de Liquidez”, que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de liquidez, pode ser visualizado no site www.itaunet.com.br/relacoes-com-investidores, na seção “Itaú Unibanco”, “Governança Corporativa”, “Políticas”, “Relatórios”.

LIQ1: Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR)

	31/03/2026 (1)		31/12/2025 (1)	
	Valores não ponderados (R\$ mil) ⁽²⁾	Valores ponderados (R\$ mil) ⁽³⁾	Valores não ponderados (R\$ mil) ⁽²⁾	Valores ponderados (R\$ mil) ⁽³⁾
Ativos de Alta Liquidez (HQLA)				
Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)		371.058.185		389.722.978
Saídas de caixa ⁽⁴⁾				
Captações de varejo, das quais:	762.809.675	81.611.091	691.564.370	72.275.461
Captações estáveis	306.930.823	15.346.541	299.595.980	14.979.799
Captações menos estáveis	455.878.851	66.264.550	391.968.390	57.295.662
Captações de atacado não colateralizadas, das quais:	319.184.271	143.251.375	341.685.716	149.748.865
Depósitos operacionais (todas as contrapartes) e depósitos de cooperativas filiadas	28.803.202	7.263.511	28.328.470	7.966.379
Depósitos não-operacionais (todas as contrapartes)	288.796.141	134.402.936	310.363.543	138.788.784
Obrigações não colateralizadas	1.584.927	1.584.927	2.993.702	2.993.702
Captações de atacado colateralizadas		48.102.385		49.067.424
Requerimentos adicionais, dos quais:	114.891.962	35.208.845	113.531.193	30.952.335
Relacionados a exposição a derivativos e a outras exigências de colateral	46.290.697	28.475.016	40.123.217	24.036.422
Relacionados a perda de captação por meio de emissão de instrumentos de dívida	2.311.628	2.311.628	2.300.056	2.300.056
Relacionados a linhas de crédito e de liquidez	66.289.637	4.422.200	71.107.919	4.615.856
Outras obrigações contratuais	116.644.675	116.644.675	116.425.597	116.425.597
Outras obrigações contingentes	309.148.204	23.375.330	299.259.635	21.983.805
Total de saídas de caixa		448.193.701		440.453.486
Entradas de caixa ⁽⁴⁾				
Empréstimos colateralizados	161.820.540	961.118	171.671.279	1.355.833
Operações em aberto, integralmente adimplentes	63.801.901	37.803.038	61.672.363	36.896.668
Outras entradas de caixa	233.263.634	219.270.508	234.330.004	220.911.053
Total de entradas de caixa	458.886.074	258.034.665	467.673.646	259.163.555
		Valor Total Ajustado ⁽⁵⁾		Valor Total Ajustado ⁽⁵⁾
Total HQLA		371.058.185		389.722.978
Total de saídas líquidas de caixa		190.159.036		181.289.931
LCR (%)		195,1%		215,0%

1) Corresponde à média diária de 61 observações no 1T26 e 64 observações no 4T25.

2) Corresponde ao saldo total referente ao item de entradas ou saídas de caixa.

3) Corresponde ao valor da aplicação dos fatores de ponderação.

4) Corresponde as saídas e entradas potenciais de caixa.

5) Corresponde ao valor calculado após a aplicação dos fatores de ponderação e dos limites estabelecidos pela Circular BACEN 3.749.

O Itaú Unibanco possui Ativos de Alta Liquidez (HQLA) que totalizaram R\$ 371,1 bilhões na média do trimestre, compostos principalmente por Títulos Soberanos, Reservas em Banco Centrais e Dinheiro em espécie. Já as Saídas Líquidas de Caixa totalizaram R\$ 190,2 bilhões na média do trimestre, compostas principalmente por Captações de Varejo, Atacado, Requerimentos Adicionais, Obrigações Contratuais e Contingentes, compensadas por Entradas de Caixa por Empréstimos e Outras Entradas de caixa previstas.

A tabela demonstra que o LCR na média do trimestre é de 195,1% acima do limite de 100% e portanto a instituição possui confortavelmente recursos estáveis disponíveis suficientes para suportar as perdas no cenário de estresse padronizado para o LCR.

LIQ2: Indicador Liquidez de Longo Prazo (NSFR)

	Valor por prazo efetivo de vencimento residual, antes da ponderação (R\$ mil)				
31/03/2026	Sem Vencimento ⁽¹⁾	Menor do que seis meses ⁽¹⁾	Maior ou igual a seis meses e menor do que um ano ⁽¹⁾	Maior ou igual a um ano ⁽¹⁾	Valor após a ponderação (R\$ mil) ⁽²⁾
Recursos Estáveis Disponíveis (ASF) ⁽³⁾					
Capital	-	-	-	250.187.723	250.187.723
Patrimônio de Referência (PR), bruto de deduções regulatórias	-	-	-	208.659.543	208.659.543
Outros instrumentos não incluídos na linha 2	-	-	-	41.528.180	41.528.180
Captações de varejo, das quais:	185.517.747	643.389.629	5.103.938	1.736.259	784.856.480
Captações estáveis	104.298.327	543.920.794	1.981.655	121.692	617.812.429
Captações menos estáveis	81.219.421	99.468.835	3.122.283	1.614.567	167.044.051
Captações de atacado, das quais:	62.753.168	923.676.583	73.170.018	145.861.000	374.383.394
Depósitos operacionais e depósitos de cooperativas filiadas	28.774.876	-	-	-	14.387.438
Outras captações de atacado	33.978.292	923.676.583	73.170.018	145.861.000	359.995.956
Operações em que a instituição atue exclusivamente como intermediadora, não assumindo quaisquer direitos ou obrigações, ainda que contingentes.	-	170.275.264	13.930.292	1.297.090	-
Outros passivos, dos quais:	93.976.157	163.666.960	13.883.101	75.207.588	82.149.139
Derivativos cujo valor de reposição seja menor do que zero		36.200.295	-	-	
Demais elementos de passivo ou patrimônio líquido não incluídos nas linhas anteriores	93.976.157	127.466.665	13.883.101	75.207.588	82.149.139
Total de Recursos Estáveis Disponíveis (ASF)					1.491.576.736
Recursos Estáveis Requeridos (RSF) ⁽³⁾					
Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)					47.448.140
Depósitos operacionais mantidos em outras instituições financeiras	-	-	-	-	-
Títulos, valores mobiliários e operações com instituições financeiras, não-financeiras e bancos centrais, dos quais:	1.233.724	637.174.693	155.651.356	763.555.428	890.796.945
Operações com instituições financeiras colateralizadas por HQLA de Nível 1	-	19.946.376	-	658.895	2.653.533
Operações com instituições financeiras colateralizadas por HQLA de Nível 2A, de Nível 2B ou sem colateral	944.615	31.783.208	8.066.457	18.567.012	27.757.302
Empréstimos e financiamentos concedidos a clientes de atacado, de varejo, governos centrais e operações com bancos centrais, dos quais:	289.109	514.120.727	100.740.550	327.266.831	484.335.360
Operações com Fator de Ponderação de Risco (FPR) menor ou igual a 35%, nos termos da Circular nº 3.644, de 2013	-	-	-	9.981.803	6.488.172
Financiamentos imobiliários residenciais, dos quais:	-	15.325.855	13.755.651	175.605.348	124.832.989
Operações que atendem ao disposto na Circular nº 3.644, de 2013, art. 22	-	-	-	124.619.051	102.402.375
Títulos e valores mobiliários não elegíveis a HQLA, incluindo ações negociadas em bolsa de valores	-	55.998.528	33.088.699	241.457.341	251.217.761
Operações em que a instituição atue exclusivamente como intermediadora, não assumindo quaisquer direitos ou obrigações, ainda que contingentes	-	171.984.346	15.741.599	1.627.941	-
Outros ativos, dos quais:	94.230.147	172.394.872	7.393.987	126.606.786	268.557.089
Operações com ouro e com mercadorias (commodities), incluindo aquelas com previsão de liquidação física	-				-
Ativos prestados em decorrência de depósito de margem inicial de garantia em operação com derivativos e participação em fundos de garantia mutualizados de câmaras ou prestadores de serviços de compensação e liquidação que se interponham como contraparte central			-	20.011.243	17.009.556
Derivativos cujo valor de reposição seja maior ou igual a zero		40.085.637	-	7.304.103	5.487.470
Derivativos cujo valor de reposição seja menor do que zero, bruto da dedução de qualquer garantia prestada em decorrência de depósito de margem de variação		-	-	1.820.740	1.820.740
Demais ativos não incluídos nas linhas anteriores	94.230.147	132.309.235	7.393.987	97.470.700	244.239.323
Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	789.812.585	7.924.441	-	21.346.939	15.865.371
Total de Recursos Estáveis Requeridos (RSF)					1.222.667.546
NSFR (%)					122,0%

1) Corresponde ao saldo total referente ao item de recursos estáveis disponíveis (ASF) ou recursos estáveis requeridos (RSF).

2) Corresponde ao valor após aplicação dos fatores de ponderação.

3) Corresponde aos recursos estáveis disponíveis (ASF) ou recursos estáveis requeridos (RSF).

Em R\$ mil	Valor Total Ponderado ⁽¹⁾	
	31/03/2026	31/12/2025
Total dos Recursos Estáveis Disponíveis (ASF)	1.491.576.736	1.499.680.491
Total dos Recursos Estáveis Requeridos (RSF)	1.222.667.546	1.202.059.545
NSFR (%)	122,0%	124,8%

1) Corresponde ao valor calculado após a aplicação dos fatores de ponderação e dos limites estabelecidos pela Circular BACEN 3.869.

O Itaú Unibanco possui Recursos Estáveis Disponíveis (ASF) que totalizaram R\$ 1.491,6 bilhões no 1º trimestre, compostos principalmente por Capital, Captações do Varejo e do Atacado. Já os Recursos Estáveis Requeridos (RSF) totalizaram R\$ 1.222,7 bilhões no 1º trimestre, compostos principalmente pelos Empréstimos e financiamentos concedidos a clientes de atacado, de varejo, governos centrais e operações com bancos centrais.

A tabela demonstra que o NSFR no fechamento do trimestre é de 122,0%, acima do limite de 100%, e, portanto, a instituição possui confortavelmente recursos estáveis disponíveis suficientes para suportar os recursos estáveis requeridos no longo prazo, de acordo com a métrica.

Risco de Crédito

CRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito

O Itaú Unibanco entende o risco de crédito como o risco de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor ou da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação.

A gestão do risco de crédito visa a manter a qualidade da carteira de crédito em níveis coerentes com o apetite de risco da instituição para cada segmento de mercado em que opera. A governança do gerenciamento de risco de crédito está baseada em órgãos colegiados, subordinados ao CA ou à estrutura executiva do Itaú Unibanco. Tais órgãos avaliam as condições competitivas de mercado, definindo os limites de crédito da instituição, revendo práticas de controle e políticas e aprovando ações nas respectivas alçadas. Também é parte dessa estrutura o processo de comunicação e informação dos riscos, incluindo a divulgação das políticas e outras informações complementares referentes ao gerenciamento do risco de crédito.

O Itaú Unibanco gerencia o risco de crédito a que está exposto durante todo o ciclo de crédito, desde antes da concessão, passando pelo monitoramento e chegando à atividade de cobrança e recuperação, com monitoramento periódico de ativos problemáticos, os quais são definidos como:

- Operações em atraso maior que 90 dias;
- Operações Reestruturadas;
- Contrapartes que apresentem incapacidade de pagamento, seja por medidas judiciais, recuperação judicial, falência, prejuízo, entre outros;
- Deterioração significativa da qualidade creditícia, podendo ser identificada por piora nas métricas de rating interno, fianças honradas, entre outros.

Adicionalmente, caso seja identificado que um CNPJ possa contaminar os demais da contraparte, os mesmos poderão ser marcados como Ativos Problemáticos.

O monitoramento contém informações de exposições significativas, incluindo histórico e perspectivas de recuperação, além de informações de reestruturação. Essas análises são geradas mensalmente para os executivos e trimestralmente ao Conselho de Administração através do Comitê de Gestão de Risco e Capital (CGRC).

Há uma estrutura de gestão e controle do risco de crédito, centralizada e independente das unidades de negócio, que estabelece limites e mecanismos de mitigação de risco, além de estabelecer processos e instrumentos para medir, monitorar e controlar o risco de crédito inerente a todos os produtos, as concentrações de carteira e os impactos de potenciais mudanças no ambiente econômico. Tal estrutura é submetida a processos de auditorias interna e externa. É feito um monitoramento contínuo da carteira de crédito e das políticas e estratégias adotadas de forma a garantir a conformidade das operações com as normas e a legislação em vigor em cada país. As unidades de negócio possuem como principais atribuições (i) monitoramento das carteiras sob suas responsabilidades, (ii) concessão de crédito, levando em consideração as alçadas vigentes, as condições de

mercado, as perspectivas macroeconômicas, e as mudanças em mercados e produtos, e (iii) gestão do risco de crédito adotando ações que propiciem a sustentabilidade de seus negócios.

O Itaú Unibanco estabelece sua política de crédito baseando-se em critérios internos como classificação de clientes, desempenho e evolução da carteira, níveis de inadimplência, taxas de retorno e capital econômico alocado, entre outros, considerando também fatores externos, como taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação, variação do consumo, entre outros.

Para pessoas físicas, pequenas e médias empresas, público considerado como varejo, a classificação de crédito é atribuída com base em modelos estatísticos de *application* (nos estágios iniciais da relação com o cliente) e *behaviour score* (usado para os clientes com os quais o Itaú Unibanco já tem uma relação).

Para público de atacado e agro, a classificação baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira da contraparte, sua capacidade de geração de caixa, o grupo econômico a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, utilizando um mecanismo de alçadas. O monitoramento contínuo do grau de concentração das carteiras do Itaú Unibanco, avaliando os setores de atividade econômica e os maiores devedores, possibilita a tomada de medidas preventivas, de modo a evitar que os limites estabelecidos sejam violados.

O Itaú Unibanco também controla rigorosamente a exposição a crédito de clientes e contrapartes, atuando para reverter eventuais situações em que a exposição observada exceda o desejado. Nesse sentido, pode ser adotada uma série de medidas contratualmente previstas, tais como a liquidação antecipada e a requisição de garantias adicionais.

Para medir o risco de crédito, o Itaú Unibanco leva em consideração a probabilidade de inadimplência do tomador, emissor ou contraparte, o valor estimado da exposição em caso de inadimplência, a perda dada a inadimplência e a concentração em tomadores. A quantificação desses componentes de risco faz parte do processo de concessão de crédito, da gestão da carteira e da definição de limites.

Os modelos usados pelo Itaú Unibanco passam por um processo de validação independente que visa a garantir a integridade e a consistência das bases de dados utilizadas na construção dos modelos e a adequação metodológica de estimação dos parâmetros.

O Itaú Unibanco também dispõe de estrutura específica e de processos que visam a garantir que outras vertentes do risco de crédito, como o risco país, sejam geridos e controlados, descrito no item “Outros Riscos”.

Atendendo a Resolução CMN 4.557, o documento “Relatório de Acesso Público – Política de Gestão e Controle de Risco de Crédito”, que expressa as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de crédito, pode ser visualizado no site www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores, na seção “Itaú Unibanco”, “Governança Corporativa”, “Políticas”, “Relatórios”.

CR1: Qualidade creditícia das exposições

Em R\$ milhões		Valor bruto:				31/03/2026
	Exposições caracterizadas como ativos problemáticos (a)	Exposições não caracterizadas como ativos problemáticos (b)	Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar (c)	Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar (d). Dos quais: RWA _{CPAD}	Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar (d). Dos quais: RWA _{CRRB}	Valor líquido (a+b-c)
Concessão de crédito	47.420	1.083.281	47.840	47.482	358	1.082.861
Títulos de dívida	7.282	759.454	5.029	-	-	761.707
dos quais: títulos soberanos nacionais	-	402.972	394	-	-	402.578
dos quais: outros títulos	7.282	356.482	4.635	-	-	359.129
Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	3.313	724.711	2.314	2.306	8	725.710
Total	58.015	2.567.446	55.183	49.788	366	2.570.278

CR2: Mudanças no estoque de Ativos Problemáticos

Em R\$ milhões	Total
Valor das exposições classificadas como ativos problemáticos ao final do período anterior (31/12/2025)	56.392
Valor das operações que passaram a ser classificadas como ativos problemáticos no período corrente	12.119
Valor das exposições que deixaram de ser caracterizadas como ativos problemáticos no período corrente.	(1.730)
Valor da baixa contábil por prejuízo	(9.430)
Outros ajustes	664
Valor das exposições classificadas como ativos problemáticos no final do período corrente (31/03/2026)	58.015

CRB: Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições

As tabelas abaixo contêm informações adicionais a respeito da qualidade creditícia das exposições reportadas na tabela CR1. Nelas são informadas as aberturas por região geográfica no Brasil, por país e por setor econômico do total das exposições e do total das operações em curso anormal. Além disso, são informados o total das exposições por prazo remanescente de vencimento e segmentadas por faixa de atraso, a segregação do total das exposições reestruturadas e o percentual das dez e das cem maiores exposições.

Exposições por setor econômico

Total das Exposições			Total das operações caracterizadas como ativos problemáticos			
Em R\$ milhões	31/03/2026		Em R\$ milhões	31/03/2026		
	Carteira			Carteira		
	Total da Exposição (Valor Líquido)	Total da Exposição (Valor Bruto)		Ativos Problemáticos	Provisão Regulamentar	Baixas Contábeis por Prejuízo
Pessoa Jurídica	1.574.883	1.593.382	Pessoa Jurídica	24.730	11.388	1.636
Setor Público	520.021	520.513	Setor Público	-	-	-
ENERGIA	2.240	2.241	ENERGIA	-	-	-
PETROQUÍMICA E QUÍMICA	7.858	7.858	PETROQUÍMICA E QUÍMICA	-	-	-
DIVERSOS	509.923	510.414	DIVERSOS	-	-	-
Setor Privado	1.054.862	1.072.869	Setor Privado	24.730	11.388	1.636
AÇÚCAR E ALCOOL	4.708	4.778	AÇÚCAR E ALCOOL	135	64	-
AGRO E FERTILIZANTES	39.537	39.980	AGRO E FERTILIZANTES	634	278	34
ALIMENTOS E BEBIDAS	57.406	58.061	ALIMENTOS E BEBIDAS	842	486	115
BANCOS E OUTRAS INST. FINANC.	105.598	105.687	BANCOS E OUTRAS INST. FINANC.	74	26	2
BENS DE CAPITAL	19.653	20.190	BENS DE CAPITAL	1.002	437	28
CELULOSE E PAPEL	18.987	19.040	CELULOSE E PAPEL	71	31	5
ELETROELETRÔNICOS & TI	22.485	22.982	ELETROELETRÔNICOS & TI	618	393	74
EMBALAGENS	6.458	6.550	EMBALAGENS	96	64	20
ENERGIA & SANEAMENTO	80.560	81.526	ENERGIA & SANEAMENTO	1.406	528	71
ENSINO	9.153	9.333	ENSINO	152	101	19
FARMACÊUTICOS & COSMÉTICOS	25.429	25.869	FARMACÊUTICOS & COSMÉTICOS	415	246	77
IMOBILIÁRIO	74.304	75.543	IMOBILIÁRIO	2.315	920	65
LAZER & TURISMO	22.503	23.134	LAZER & TURISMO	551	361	104
MADEIRA & MÓVEIS	11.727	12.030	MADEIRA & MÓVEIS	304	185	60
MAT. CONSTRUÇÃO	13.695	14.052	MAT. CONSTRUÇÃO	343	207	60
METALURGIA/SIDERURGIA	25.056	25.535	METALURGIA/SIDERURGIA	668	333	56
MÍDIA	1.706	1.730	MÍDIA	18	11	2
MINERAÇÃO	12.886	12.911	MINERAÇÃO	82	18	3
OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA	20.194	20.536	OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA	220	124	14
PETRÓLEO & GÁS	21.072	21.014	PETRÓLEO & GÁS	1.822	633	26
PETROQUÍMICA & QUÍMICA	27.524	28.042	PETROQUÍMICA & QUÍMICA	444	222	20
SAÚDE	16.290	16.581	SAÚDE	256	160	23
SEGUROS & RESSEGUROS & PREVIDÊNCIA	1.257	1.258	SEGUROS & RESSEGUROS & PREVIDÊNCIA	Link não preenchido	-	-
TELECOMUNICAÇÕES	20.001	20.843	TELECOMUNICAÇÕES	1.708	794	5
VESTUÁRIO & CALÇADOS	11.392	11.624	VESTUÁRIO & CALÇADOS	204	141	22
TRADINGS	5.818	5.908	TRADINGS	97	56	6
TRANSPORTES	50.858	51.662	TRANSPORTES	988	490	72
UTILIDADES DOMÉSTICAS	5.561	5.622	UTILIDADES DOMÉSTICAS	76	38	15
VEÍCULOS/AUTO-PEÇAS	45.327	45.848	VEÍCULOS/AUTO-PEÇAS	490	287	78
TERCEIRO SETOR	459	465	TERCEIRO SETOR	2	2	1
EDITORIAL E GRÁFICO	7.116	7.289	EDITORIAL E GRÁFICO	130	92	29
COMÉRCIO - DIVERSOS	71.338	73.707	COMÉRCIO - DIVERSOS	3.839	1.584	278
INDÚSTRIA - DIVERSOS	9.242	9.450	INDÚSTRIA - DIVERSOS	87	49	9
SERVIÇOS - DIVERSOS	143.113	146.857	SERVIÇOS - DIVERSOS	3.176	1.431	234
DIVERSOS	46.449	47.232	DIVERSOS	1.465	596	9
Pessoa Física	995.395	1.032.079	Pessoa Física	33.285	18.775	7.794
Total Geral	2.570.278	2.625.461	Total Geral	58.015	30.163	9.430

Exposições por prazo remanescente de vencimento

Em R\$ milhões					31/03/2026	Em R\$ milhões					31/03/2026
Prazo Remanescente do Vencimento (Valor Líquido) ⁽¹⁾						Prazo Remanescente do Vencimento (Valor Bruto) ⁽¹⁾					
até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total		até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total	
564.997	133.910	816.317	461.359	1.976.583		586.281	136.243	838.472	469.683	2.030.679	

1) Os valores de Créditos a Liberar não estão sendo considerados nesta abertura.

Exposições em atraso segmentadas por faixa de atraso

Em R\$ milhões	31/03/2026
	Carteira Bruta
	Total da Exposição em atraso ⁽¹⁾
menor que 30 dias	8.917
entre 31 e 90 dias	14.759
entre 91 e 180 dias	11.792
entre 181 e 365 dias	13.160
maior que 365 dias	657
Total	49.285

1) Conforme Resolução 54, a tabela segue o mesmo escopo da tabela CR1.

Exposições por região geográfica no Brasil e por país

Total das Exposições			Total das operações caracterizadas como Ativos Problemáticos			
Em R\$ milhões	31/03/2026		Em R\$ milhões	31/03/2026		
	Carteira			Carteira		
	Total da Exposição (Valor Líquido)	Total da Exposição (Valor Bruta)		Ativos Problemáticos	Provisão Regulamentar	Baixas Contábeis por Prejuízo
Sudeste	1.186.093	1.216.632	Sudeste	32.598	17.014	4.939
Sul	215.394	221.295	Sul	6.022	3.361	1.099
Norte	34.113	35.761	Norte	1.344	835	320
Nordeste	153.143	159.353	Nordeste	5.493	3.400	1.583
Centro-Oeste	96.968	100.345	Centro-Oeste	3.047	1.793	690
Território nacional ⁽¹⁾	402.579	402.972	Território nacional ⁽¹⁾	-	-	-
Brasil	2.088.290	2.136.358	Brasil	48.504	26.403	8.631
Argentina	138	139	Argentina	-	-	-
Chile	208.461	212.570	Chile	6.893	2.345	580
Colômbia	41.809	43.022	Colômbia	1.376	694	111
Estados Unidos	49.627	49.632	Estados Unidos	-	-	-
Paraguai	33.600	34.312	Paraguai	370	289	47
Reino Unido	23.923	24.105	Reino Unido	484	167	-
Suíça	2.740	2.741	Suíça	-	-	-
Uruguai	55.932	56.616	Uruguai	385	262	61
Outros	65.758	65.966	Outros	3	3	-
Exterior	481.988	489.103	Exterior	9.511	3.760	799
Total Geral	2.570.278	2.625.461	Total Geral	58.015	30.163	9.430

1) Considera somente os títulos públicos brasileiros.

Maiores exposições

Em R\$ milhões	31/03/2026	
Operações de Crédito, Títulos de dívida e Operações não contabilizadas no Balanço Patrimonial (CR1) ⁽¹⁾	Exposição	% da Carteira
10 Maiores Devedores	477.536	18,7%
100 Maiores Devedores	666.599	26,2%

1) Conforme Resolução 54 a tabela segue o mesmo escopo da tabela CR1, na qual o valor da exposição considera os títulos de dívida de soberanos.

Exposições reestruturadas

Em R\$ milhões

31/03/2026

	Ativos Problemáticos	Demais
Exposições reestruturadas ⁽¹⁾	13.193	4.833

1) Exposições reestruturadas em vigor decorrente da nova resolução 4.966 na presente competência.

CRC: Informações sobre instrumentos mitigadores do risco de crédito

O Itaú Unibanco utiliza garantias para aumentar sua capacidade de recuperação em operações sujeitas a risco de crédito. As garantias utilizadas podem ser financeiras, derivativo de crédito, fidejussórias, reais, estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação. Para que essas garantias sejam consideradas como instrumentos mitigadores do risco de crédito, é necessário que cumpram as exigências e as determinações das normas que as regulam, sejam internas ou externas, e que sejam juridicamente exercíveis (eficazes), exequíveis e regularmente avaliadas.

As informações relativas à eventual concentração associada à mitigação do risco de crédito consideram esses diferentes instrumentos mitigadores, segregando por tipo e por provedor. Por motivos de confidencialidade, a instituição determina a não divulgação de informações além da classificação do tipo do garantidor, porém assegurando-se a aderência aos requerimentos gerais.

- **Garantias Fidejussórias e derivativos de crédito:** um terceiro assume a responsabilidade pelo cumprimento da obrigação contraída pelo devedor, que recai no patrimônio geral desse terceiro. Avais, fianças e CDS são exemplos dessas garantias.

As garantias fidejussórias são segregadas nos seguintes provedores: Pessoas Jurídicas; Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD); Instituições Financeiras, Soberanos, Tesouro Nacional ou Banco Central.

O Itaú Unibanco utiliza ainda derivativos de crédito para mitigar o risco de crédito de suas carteiras de títulos. Estes instrumentos são apreçados com base em modelos que utilizam o preço justo de variáveis de mercado, tais como spreads de crédito, taxas de recuperação, correlações e taxas de juros. Também são segregados em: Pessoas Jurídicas; Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD); Instituições financeiras e Soberanos.

- **Garantias Reais e Financeiras:** o próprio tomador ou um terceiro destaca um ou mais ativos financeiro e/ou um ou mais bens e/ou um ou mais recebíveis, de forma que, garanta o ressarcimento do credor em caso de inadimplência. Essas garantias são segregadas por tipo: colaterais financeiros, contratos bilaterais e bens.

- **Acordo de Compensação e Liquidação de Obrigações e estruturas jurídicas com poder de mitigação:** o acordo de compensação tem por objetivo reduzir o risco de exposição de crédito de uma parte perante a outra, resultante de operações celebradas entre elas, de forma que, em caso de vencimento, após a compensação, seja identificado o valor líquido devido pela parte devedora à parte credora. É comum ser utilizado em operações de derivativos, mas também pode abranger outros tipos de operações financeiras.

Nas estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação, a mitigação se dá em função de metodologias estabelecidas e aprovadas pelas unidades de negócio responsáveis pela gestão do risco de crédito e pela área centralizada de controle de risco de crédito.

Tais metodologias consideram fatores relativos à exequibilidade jurídica das garantias, os custos necessários para tal e o valor esperado na execução, levando em consideração a volatilidade e a liquidez do mercado.

Para controle dos instrumentos mitigadores, existe monitoramento periódico que acompanha o nível de cumprimento do uso de cada instrumento quando comparado às políticas internas de mensuração, incluindo até planos de ação de correção quando existe desenquadramento, sendo analisados concentração, tipos, provedores e formalização. Os parâmetros utilizados são: HE (Haircut de execução) que avalia a probabilidade de sucesso na execução da garantia; HV (Haircut de Volatilidade) representa a liquidez da garantia que está sendo ofertada, e LMM (Limite de Mitigação Máxima) que é o teto de mitigação para garantias reais.

CR3: Visão geral das técnicas de mitigação do risco de crédito⁽¹⁾

Em R\$ milhões		31/03/2026			
	Exposições não mitigadas	Exposições mitigadas	Das quais: Parcela coberta por colaterais financeiros	Das quais: Parcela coberta por garantias	Das quais: Parcela coberta por derivativos de crédito
Concessão de crédito	923.402	122.930	14.055	108.876	-
Títulos de dívida	423.657	521	395	126	-
Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	172.740	3.790	1.738	2.052	-
Demais operações	484.191	-	-	-	-
Total	2.003.990	127.241	16.188	111.054	-
dos quais: ativos problemáticos	17.493	73	73	-	-

1) Os instrumentos mitigadores contemplados nesta tabela são aqueles previstos na Circular BACEN 3.809.

Queda nas exposições em Concessão de Crédito

CR4: Abordagem padronizada – exposições e efeitos da mitigação do risco de crédito

Em R\$ milhões

31/03/2026

Categorias	Exposições pré FCC e mitigação		Exposições pós FCC e mitigação		RWA e densidade de RWA	
	Operações contabilizadas no balanço (a)	Operações não contabilizadas no balanço (b)	Operações contabilizadas no balanço (c)	Operações não contabilizadas no balanço (d)	RWA (e)	Densidade de RWA [e/(c+d)]
Governos centrais e respectivos bancos centrais	551.525	332	551.525	332	29.217	5%
Estados, Municípios, Distrito Federal, entes subnacionais equivalentes no exterior	8.187	986	8.187	720	4.870	55%
Organismos multilaterais e Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD)	-	-	-	-	-	-
Instituições financeiras e demais autorizadas pelo Banco Central do Brasil	186.734	13.312	186.734	8.762	73.524	38%
Títulos com características específicas (covered bonds)	-	-	-	-	-	-
Pessoas jurídicas não financeiras	493.593	186.214	493.593	111.817	477.712	79%
Dos quais: Financiamentos especializados	381	111	381	111	469	95%
Dos quais: outros	493.212	186.103	493.212	111.706	477.243	79%
Participações societárias e instrumentos de dívida subordinada	35.138	-	35.138	-	72.101	205%
Exposições de varejo	356.375	497.525	356.375	49.725	268.010	66%
Exposições garantidas por imóveis	239.917	5.680	239.917	4.198	101.401	42%
Das quais: garantidas por imóveis residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições não seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis.	183.983	1.000	183.983	204	52.884	29%
Das quais: garantidas por imóveis residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis.	24.270	574	24.270	352	20.331	83%
Das quais: garantidas por imóveis não residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições não seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis.	15.980	1.157	15.980	829	14.397	86%
Das quais: garantidas por imóveis não residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis.	7.922	237	7.922	101	7.356	92%
Das quais: relativas a empreendimentos imobiliários	7.762	2.712	7.762	2.712	6.433	61%
Ativos Problemáticos	16.589	2.254	16.589	977	20.135	115%
Outros ativos	66.642	-	66.642	-	64.051	96%
Total	1.954.700	706.303	1.954.700	176.531	1.111.021	52%

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

CR5: Abordagem padronizada - exposições por contraparte e fator de ponderação de risco (FPR)

Em R\$ milhões		Fator de ponderação de risco (FPR)							31/03/2026
Categoria	0%	20%	50%	100%	150%	200%	Outros	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)	
Governos centrais e respectivos bancos centrais	488.023	25.571	32.546	3.573	63	2.081	-	551.857	

Categoria	20%	50%	100%	150%	Outros	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)	
Estados, Municípios, Distrito Federal, entes subnacionais equivalentes no exterior	340	-	1.245	710	6.612	8.907	

Categoria	0%	20%	30%	50%	100%	150%	Outros	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)	
Organismos multilaterais e Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD)	-	-	-	-	-	-	-	-	

Categoria	20%	30%	40%	50%	75%	100%	150%	Outros	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)	
Instituições financeiras e demais autorizadas pelo Banco Central do Brasil	61.999	13.901	98.917	3.464	2.141	954	8.849	5.271	195.496	

Categoria	10%	15%	20%	25%	35%	50%	100%	Outros	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)	
Títulos com características específicas (covered bonds)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

Em R\$ milhões											31/03/2026
Fator de ponderação de risco (FPR)											
Categoria	20%	50%	65%	75%	80%	85%	100%	130%	150%	Outros	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)
Pessoas jurídicas não financeiras	-	54.026	228.250	-	111	59.296	253.175	-	-	10.552	605.410
das quais: financiamentos especializados	-	-	-	-	111	-	381	-	-	-	492
das quais: outros	-	54.026	228.250	-	-	59.296	252.794	-	-	10.552	604.918

Categoria	100%	150%	250%	400%	Outros	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)
Participações societárias e instrumentos de dívida subordinada	141	3.901	23.290	7.806	-	35.138

Categoria	45%	75%	100%	Outros	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)
Exposições de varejo	79.085	278.871	246	47.898	406.100

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

Em R\$ milhões		Fator de ponderação de risco (FPR)																			31/03/2026	
Categorias		0%	20%	25%	30%	35%	40%	45%	50%	60%	65%	70%	75%	85%	90%	100%	105%	110%	150%	Outros	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)	
Exposições garantidas por imóveis		22	50.292	30.090	85.269	3.297	17.642	4.132	10.078	3.922	1.036	7.501	2.316	2.363	1.655	10.862	433	3.581	9.579	45	244.115	
Das quais: garantidas por imóveis residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições não seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis.		9	50.292	30.090	79.234		17.642		2.040		-	4.749	-	-		-	122,0		-	9	184.187	
Das quais: apuradas diretamente a partir dos valores dos empréstimos e financiamentos sem interferência e utilização de FPR médios ponderados, cada um deles obtido da combinação do FPR associado ao imóvel dado em garantia e do FPR do tomador do empréstimo.		9	50.292	30.090	79.234		17.642		2.040		-	4.749	-	-		-	122,0		-	9	184.187	
Das quais: outras		-	-	-	-		-		-		-	-	-	-		-			-	-	-	
Das quais: garantidas por imóveis residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis.					6.035	3.297		4.132		921			346				311		9.579	1	24.622	
Das quais: garantidas por imóveis não residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições não seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis.		13	-	-	-		-		-	3.001	1.036		1.970	2.217		8.572			-	-	16.809	
Das quais: apuradas diretamente a partir dos valores dos empréstimos e financiamentos sem interferência e utilização de FPR médios ponderados, cada um deles obtido da combinação do FPR associado ao imóvel dado em garantia e do FPR do tomador do empréstimo.		13	-	-	-		-		-	3.001	-		-	-		-			-	-	3.014	
Das quais: outras		-	-	-	-		-	-	-	-	1.036		1.970	2.217		8.572			-	-	13.795	
Das quais: garantidas por imóveis não residenciais em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis.												2.752			1.655			3.581	-	35	8.023	
Das quais: relativas a empreendimentos imobiliários									8.038						146		2.290		-	-	10.474	

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

Em R\$ milhões

Fator de ponderação de risco (FPR)

Categorias	50%	100%	150%	Outros	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)
Ativos Problemáticos	352	11.504	5.637	73	17.566

Categorias	0%	20%	100%	1250%	Outros	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)
Outros Ativos	2.588	-	64.054	-	-	66.642

Exposições e FCC aplicados às exposições não contabilizadas no balanço patrimonial

Em R\$ milhões

31/03/2026

Fator de ponderação de risco (FPR) ⁽²⁾	Exposições contabilizadas no balanço patrimonial	Exposições não contabilizadas no balanço patrimonial (antes do FCC)	FCC médio (ponderado pelo FPR) ⁽¹⁾	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)
Menor que 40%	779.278	5.140	55%	782.081
40 - 70%	496.799	332.120	28%	590.614
75%	257.047	260.625	10%	283.328
80 - 85%	55.230	36.897	18%	61.769
90 - 100%	302.442	67.758	66%	347.409
105 - 130%	4.049	110	60%	4.115
150%	26.678	3.653	56%	28.738
200%	2.081	-	-	2.081
250%	23.290	-	-	23.290
400%	7.806	-	-	7.806
1250%	-	-	-	-
Exposição Total	1.954.700	706.303	25%	2.131.231

1) Os ponderadores são as exposições não contabilizadas no balanço patrimonial, antes da aplicação dos respectivos FCC.

2) Os FPRs aplicados às exposições relativas a participações societárias seguem cronograma definido no Artigo 85 da Resolução BCB nº 229/2022.

A queda de Exposição Total das tabelas CR4 e CR5 ocorreu, principalmente, pela redução na Exposição a Governos centrais e respectivos bancos centrais, atenuada pelo aumento na Exposição com Instituições financeiras e demais autorizadas pelo Banco Central do Brasil. A Exposição referente a Participações Societárias passou a ser apresentada nos FPRs de 250% e de 400%.

CRE: IRB - Informações qualitativas sobre abordagens IRB

Para o cálculo de capital regulatório de risco de crédito podem ser utilizadas duas abordagens, a padronizada e a IRB (*Internal Ratings Based*). O Itaú-Unibanco foi aprovado para utilizar a abordagem IRB pelo Banco Central para a unidade de negócio de crédito rural (Agro). A abordagem IRB permite a utilização de modelos internos para o cálculo do capital regulatório de risco de crédito, para tanto são utilizadas as estimativas internas de *Probability of Default* (PD), *Loss Given Default* (LGD) e *Exposure at Default* (EAD).

A PD de um cliente está associada diretamente a sua classificação interna de risco de crédito, sendo que tal classificação é atribuída a partir de modelos internos utilizados no processo de concessão de crédito. Para realização dessa classificação, utilizam-se os aspectos financeiros e qualitativos individuais dos clientes. Visto que a PD é a probabilidade de um credor entrar em descumprimento, ela é estimada com base nas informações do portfólio da instituição. O cálculo busca prever a possibilidade da ocorrência de descumprimento nos próximos doze meses para cada classificação de crédito, utilizando o perfil médio do portfólio nos últimos cinco anos conforme previsão normativa Nº 303 do Banco Central do Brasil (BCB). De forma adicional, respeitamos o piso de 0,05% para os valores de PD, conforme estabelecido no Capítulo II do normativo.

A EAD é o valor esperado para o saldo do credor no momento do default. Este valor deriva do saldo no momento da avaliação combinado com possíveis movimentações que possam alterar o saldo devedor até o momento do default, considerando a possibilidade de consumo de crédito à liberar que o cliente tenha disponível. Para efetuar a estimação do FCC (Fator de conversão de Crédito) foram utilizados dados de conversão de crédito considerando os saldos e limites disponíveis dos credores 12 meses antes do momento de default para produtos rotativos. A instituição financeira armazena dados para um período de sete anos, cumprindo a exigência mínima prevista pelo Artigo 102 da Resolução 303.

A LGD é a estimativa do percentual do EAD que a instituição deixará de recuperar no caso de descumprimento. Tal estimativa é realizada com base nos eventos de descumprimento ocorridos e o comportamento posterior das recuperações líquidas a valores presentes¹. Utilizando como ponto de partida o período mínimo exigido pelo Artigo 102 do normativo da Resolução 303, armazenam-se dados de recuperação em período de *workout* suficiente para capturar pelo menos 90% do fluxo de recuperação observado e dos clientes após o momento do descumprimento. No processo de atribuição do parâmetro de LGD para cada um dos clientes dentro da instituição são levados em consideração possíveis fatores que mitiguem as potenciais perdas futuras a fim de obter um valor justo desse parâmetro, essas mitigações estão em cumprimento com o estabelecido pela Resolução 303.

Em adição aos modelos de parâmetros, a carteira do agro tem um conjunto de modelos que são utilizados para ordenação e classificação do risco das diferentes contrapartes (modelos de *Risk Rating* e *Behavior Score*), baseados no porte da contraparte, no nicho de atuação e na estratégia comercial do segmento.

Os modelos utilizados no processo de concessão são desenvolvidos pela área de modelagem em parceria com a área de análise de crédito, com base nas informações das demonstrações financeiras dos clientes, no seu histórico de comportamento com a instituição e no mercado, na avaliação do seu processo de gestão e governança através de dados internos, de *bureaus* e informações de mercado. Esses modelos atribuem uma classificação de crédito (rating/escore) para cada um dos credores permitindo segregar clientes de baixíssimo risco daqueles de risco mais alto dentro de uma classificação interna. A partir desta classificação interna são atribuídos os parâmetros de riscos que serão utilizados no processo de mensuração e gestão do risco e consequentemente de estimativa do capital segundo metodologia definida pelo Banco Central na Resolução BCB 303.

Cada um dos modelos listados acima passa por uma governança de aprovação que envolve a área desenvolvedora do modelo e a área de validação independente. A área desenvolvedora se encontra em uma estrutura segregada da área de validação de modo a garantir a independência na atuação. A deliberação sobre a aprovação ou não do modelo é feita no Comitê Técnico de Avaliação de Modelos onde são apresentadas as informações sobre o modelo como escopo, definição de uso, replicabilidade, estabilidade, aderência, discriminação e por fim, o parecer da área de validação. Após esse processo, o modelo ainda está sujeito a avaliações periódicas anuais a fim de definir se existe ou não necessidade de ajustes no mesmo. Esse monitoramento é realizado pela área de validação independente e seus resultados poderão ser encontrados na tabela CR9 deste relatório. De forma complementar, as equipes de risco operacional e auditoria interna avaliam a aderência dos modelos em relação aos aspectos normativos da própria Resolução nº 303 do BCB.

EAD (em %)	EAD coberto pelas variadas abordagens		
	Abordagem Padronizada	IRB Básica	IRB Avançada
Agro	0%	0%	100%
Atacado	0%	0%	100%
Varejo	0%	0%	100%

Carteira	Componente do modelo	Número de modelos	Descritivo
Agro	PD	1	Modelo utilizado para a mensuração da probabilidade da ocorrência de descumprimento em cada uma das classificações.
	EAD	1	Modelo utilizado para a atribuição do saldo no momento do descumprimento.
	LGD	1	Modelo que determina a parcela do EAD que não será recuperado.

Carteira	Modelo	RWA _{CIRB} (%)
Agro	PD	100%
	EAD	100%
	LGD	100%

[1] Deduzem-se das recuperações econômicas os custos necessários para reaver os valores como, por exemplo, tarifas legais e despesas de cobrança.

CR8: Informações sobre as variações no RWA_{CIRB}(1)(2)

Em R\$ milhões	Valores de RWA
RWA no final do período anterior (31/12/2025)	63.784
Montante dos ativos	652
Qualidade dos ativos	1.385
Atualizações dos modelos	(6.375)
Metodologia e regulação	-
Aquisições e alienações	-
Flutuações de taxas de câmbio	(1.108)
Outros	-
RWA no final do período (31/03/2026)	58.339

1) Excluídas as operações sujeitas a risco de crédito da contraparte, de acordo com a Instrução Normativa BCB nº 532.

2) Considera RWAmodelos internos.

CMS1: Comparação entre o RWA calculado na abordagem padronizada e na abordagem modelos internos por tipo de risco

	31/03/2026			
	RWA			
	RWA - modelos internos	RWA - abordagens padronizadas	RWA Total (a + b)	RWA - abordagem padronizada para todas as exposições
Risco de crédito em sentido estrito	78.686	1.111.021	1.189.707	1.219.553
Risco de crédito de contraparte		31.453	34.875	36.173
Exposições de securitização classificadas na carteira bancária		13.497	13.497	13.497
Risco de Mercado	60.802	7.596	68.398	83.598
Risco Operacional		181.754	181.754	181.754
RWA residual		72.579	72.579	72.579
Total	139.488	1.417.900	1.560.810	1.607.154

Risco de Crédito de Contraparte

CCRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito de contraparte (CCR)

O risco de crédito de contraparte é a possibilidade de não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações, que envolvam a negociação de ativos financeiros com risco bilateral. Abrange instrumentos financeiros derivativos, operações a liquidar, empréstimos de ativos e operações compromissadas.

O Itaú Unibanco possui regras bem definidas para o cálculo da exposição gerencial e regulatória a este risco, sendo os modelos desenvolvidos utilizados tanto para a governança de consumo de limites e gestão de sublimites das contrapartes, como para a alocação de capital, respectivamente.

A volatilidade gerencial do risco de crédito potencial (RCP) de derivativos (interpretado como o valor da exposição financeira potencial que uma operação pode alcançar até o seu vencimento) e a volatilidade de contratos de compromissadas e operações de câmbio são monitoradas periodicamente para manter a exposição em níveis considerados aceitáveis pela administração da instituição.

O risco pode ser mitigado com a utilização de chamada de margem, *initial margin* ou outro instrumento mitigador.

Atualmente, o Itaú Unibanco não tem impacto no montante de colaterais a serem empenhados no caso de rebaixamento da sua classificação de crédito. A seguir são apresentadas as exposições regulatórias ao risco de crédito de contraparte.

CCR1: Análise das exposições ao risco de crédito de contraparte (CCR) por abordagem utilizada

Em R\$ milhões						31/03/2026
	Valor de reposição	Ganho potencial futuro	Multiplicador empregado no cômputo da exposição	Exposição total pós-mitigação	RWA	
Abordagem SA-CCR	15.777	8.461	1,4	33.933	25.080	
Abordagem CEM	-	-		-	-	
Abordagem Simples - mitigação do CCR (operações compromissadas e empréstimo de ativos)				-	-	
Abordagem Abrangente - mitigação do CCR (operações compromissadas e empréstimo de ativos)				854.169	7.412	
Total					32.492	

CCR3: Abordagem padronizada – segregação de exposições ao CCR por contraparte e por fator de ponderação de risco

Em R\$ milhões											31/03/2026
Contraparte	Fator de ponderação de risco (FPR)										Total
	0%	10%	20%	50%	65%	85%	100%	150%	Outros		
Governos centrais e respectivos bancos centrais	388.648	-	101	6	-	-	-	-	1		388.756
Estados, Municípios, Distrito Federal, entes subnacionais equivalentes no exterior	19	-	-	-	244	-	-	-	-		263
Organismos multilaterais e Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD)	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-
Instituições financeiras e demais autorizadas pelo Banco Central do Brasil	70.976	-	2.912	-	-	-	61	791	5.492		80.232
Pessoas jurídicas não financeiras	385.199	-	54	-	9.587	1.734	20.239	-	-		416.813
Outras contrapartes	879	-	(67)	-	-	-	829	75	322		2.038
Total	845.721	-	3.000	6	9.831	1.734	21.129	866	5.815		888.102

Nas tabelas CCR1 e CCR3 houve queda em exposições em Instituições financeiras e Pessoas jurídicas não financeira

CCR5: Colaterais financeiros associados a exposições ao risco de crédito de contraparte

Em R\$ milhões

31/03/2026

	Colaterais financeiros associados a operações com derivativos				Colaterais financeiros associados a operações compromissadas e de empréstimo de ativos	
	Valor justo dos colaterais constituídos pela contraparte em favor da instituição		Valor justo dos colaterais constituídos pela instituição em favor da contraparte		Valor justo dos colaterais constituídos pela contraparte em favor da instituição	Valor justo dos colaterais constituídos pela instituição em favor da contraparte
	Apartados	Não apartados	Apartados	Não apartados		
Depósitos – moeda nacional	-	-	-	-	507.111	289.455
Depósitos – outras moedas	-	1.259	3.187	2.490	21.321	6.093
Título públicos federais	-	-	13.698	-	290.771	463.901
Títulos emitidos por outros governos centrais de jurisdições estrangeiras e respectivos bancos centrais	-	-	31.321	-	1.945	19.586
Títulos privados	-	-	-	-	493	49.433
Ações	-	-	943	-	-	844
Outros colaterais	-	-	97	-	-	-
Total	-	1.259	49.246	2.490	821.641	829.312

Aumento nos colaterais recebidos e entregues associados a operações compromissadas

CCR6: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a derivativos de crédito

Em R\$ milhões

31/03/2026

	Risco transferido	Risco recebido
Valor Nominal		
Swap de crédito referenciado ao descumprimento de uma única entidade (Single-name CDS)	21.871	29.964
Swap de crédito referenciado ao descumprimento de mais de uma entidade	5.219	5.219
Swaps de taxa de retomo total	-	135.354
Valor de nominal total	27.090	170.537
Valor justo	140	384
Valor justo positivo (ativo)	140	389
Valor justo negativo (passivo)	-	(5)

CCR8: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a exposições a contrapartes centrais

Em R\$ Milhões

31/03/2026

	Exposição após mitigação	RWA
Exposições a QCCPs (total)		2.383
Exposições associadas a operações a serem liquidadas em QCCPs, das quais:	14.891	463
(i) Derivativos de balcão	-	-
(ii) Derivativos padronizados	13.622	453
(iii) Empréstimos de ativos e operações compromissadas	1.269	10
(iv) Demais operações	-	-
Colaterais financeiros constituídos, exceto como margem de variação, prontamente restituídos à instituição, em caso liquidação, falência ou providência similar das QCCPs	-	-
Colaterais financeiros constituídos, exceto como margem de variação, que não sejam prontamente restituídos à instituição, em caso liquidação, falência ou providência similar das QCCPs	4.823	1.877
Participação integralizada em fundos de garantia mutualizados	129	43
Participação em fundo de garantia mutualizado, contingente e futuro, passível de ser exigido por QCCPs	-	-
Exposições a CCPs não qualificadas (total)		-
Exposições associadas a operações liquidadas em CCPs não qualificadas, das quais:	-	-
(i) Derivativos de balcão	-	-
(ii) Derivativos padronizados	-	-
(iii) Empréstimos de ativos e operações compromissadas	-	-
(iv) Demais operações	-	-
Participação em fundos de garantia mutualizados contingente e futuro passíveis de serem exigidos por QCCPs	-	-
Colaterais financeiros constituídos, exceto como margens de variação, que não sejam prontamente restituídos à instituição, em caso liquidação, falência ou providência similar das CCPs não qualificadas	-	-
Participação integralizada em fundos de garantia mutualizados	-	-
Participação em fundo de garantia mutualizado, contingente e futuro, passível de ser exigido por QCCPs	-	-

Aumento em exposições associadas a operações a serem liquidadas em QCCP

Exposições de Securitização**SECA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento de riscos das exposições de securitização**

Atualmente, o Itaú Unibanco coordena e distribui emissões de valores mobiliários securitizados no mercado de capitais com ou sem garantia firme de colocação. Em caso de exercer a garantia firme o banco assumirá o risco como investidor da operação.

O Itaú Unibanco também se coloca na posição de investidor, onde a instituição adquire as operações com classes de priorização, sênior, mezanino ou subordinada, dos veículos emissores. O processo de decisão de investimento perpassa por diversos fatores, incluindo análise de risco dos ativos subjacentes, perfil de risco dos ativos, retorno atribuído às emissões, mecanismos de subordinação, entre outros.

O Itaú Unibanco não atua como contraparte patrocinadora de nenhuma sociedade de propósito específico com o objetivo de atuar no mercado de securitização, tampouco administra entidades que adquirem títulos de securitização de sua própria emissão/originação.

Em relação à contabilização, cabe observar que (i) os ativos representativos de securitizações de terceiros são contabilizados assim como os demais ativos de titularidade do banco, conforme normas contábeis brasileiras; (ii) e os créditos de securitizações originados da carteira própria do Itaú Unibanco permanecem contabilizados nos casos de cessão de crédito com coobrigação.

No ano de 2026, o Itaú Unibanco não realizou a venda de ativos de securitização de crédito sem retenção substancial de riscos e não cedeu exposições com retenção substancial de riscos, que tenham sido honradas, recompradas ou baixadas para prejuízo.

SEC1: Exposições de securitização classificadas na carteira bancária

Em R\$ milhões

31/03/2026

	Instituição financeira - posições retidas			Instituição financeira - como patrocinadora			Instituição financeira - como investidora		
	Tradicional	Sintética	Subtotal	Tradicional	Sintética	Subtotal	Tradicional	Sintética	Subtotal
Varejo (total), das quais:	-	-	-	-	-	-	16.341	-	16.341
imobiliário residencial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
cartão de crédito	-	-	-	-	-	-	2.879	-	2.879
outras	-	-	-	-	-	-	13.462	-	13.462
ressecuritização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atacado (total), das quais:	-	-	-	-	-	-	16.867	-	16.867
demais pessoas jurídicas, exceto exposições de varejo	-	-	-	-	-	-	13.374	-	13.374
imobiliário comercial	-	-	-	-	-	-	3.493	-	3.493
arrendamento mercantil e recebíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ressecuritização	-	-	-	-	-	-	-	-	-

SEC2: Exposições de securitização classificadas na carteira de negociação

Na carteira atual de securitização do Itaú Unibanco não há exposições a serem reportadas na tabela SEC2.

SEC3: Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital - instituição como originadora ou patrocinadora

Na carteira atual de securitização do Itaú Unibanco não há exposições a serem reportadas na tabela SEC3.

SEC4: Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital - instituição como investidora

Em R\$ milhões

31/03/2026

	Valores das exposições (por faixa de FPR)					Valor agregado das exposições		RWA		Requerimento de capital	
	≤20%	20% < FPR < 50%	50% ≤ FPR < 100%	100% ≤ FPR < 1.250%	1250%	Abordagem Padronizada	1250%	Abordagem Padronizada	1250%	Abordagem Padronizada	1250%
Exposições totais	-	25.270	5.472	2.465	1	33.207	1	13.486	11	1.079	1
Securitização tradicional, da qual:	-	25.270	5.472	2.465	1	33.207	1	13.486	11	1.079	1
Securitização:	-	25.270	5.472	2.465	1	33.207	1	13.486	11	1.079	1
com ativos subjacentes de varejo	-	12.136	2.214	1.991	-	16.341	-	6.805	-	544	-
com ativos subjacentes, exceto varejo	-	13.134	3.258	474	1	16.866	1	6.681	11	535	1
Ressecuritização:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Securitização sintética, da qual:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Securitização:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
com ativos subjacentes de varejo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
com ativos subjacentes, exceto varejo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ressecuritização:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Risco de Mercado**MRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de mercado**

O risco de mercado é a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*), conforme estabelecido pelo CMN. Os índices de preços também são tratados como um grupo de fator de risco.

A Política institucional de risco de mercado encontra-se aderente à Resolução 4.557 e estabelece a estrutura de gestão e controle de risco de mercado, que tem a função de:

- Proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do Itaú Unibanco;
- Promover o diálogo disciplinado e bem-informado sobre o perfil de risco global e sua evolução no tempo;
- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e
- Monitorar e evitar a concentração de riscos.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a governança do Itaú Unibanco, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis, e (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança.

A gestão de risco de mercado segue a segregação das operações em Carteira de Negociação e Carteira Bancária, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela Resolução CMN 4.557 e Resolução BCB Nº 111 e alterações posteriores. A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, realizadas com a intenção de negociação. Já a carteira bancária caracteriza-se preponderantemente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão do balanço da instituição, realizadas sem a intenção de negociação e com horizonte de tempo de médio e longo prazos.

A gestão do risco de mercado é realizada com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (VaR): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);
- *Stop Loss*: métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;
- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco, calculada a valor de mercado ("*MtM – Mark to Market*"); e
- VaR Estressado: métrica estatística derivada do cálculo de VaR, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira de negociação atual, levando em consideração retornos observáveis em cenários históricos de extrema volatilidade.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (*GAPS*): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (*DV01- Delta Variation*): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador;
- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (*Gregas*): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo.

Buscando o enquadramento das operações nos limites definidos, o Itaú Unibanco realiza *hedge* de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de investimentos no exterior. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de *hedge*, e podem se caracterizar como *hedge* contábil ou econômico, ambos regidos por normativos institucionais no Itaú Unibanco.

A estrutura de limites e alertas é alinhada com as diretrizes do CA, sendo revisada e aprovada anualmente. Esta estrutura conta com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar sua concentração. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio, a liquidez, a complexidade e as volatilidades dos mercados, bem como o apetite de risco da instituição.

O consumo dos limites de risco de mercado é monitorado e divulgado diariamente através de mapas de exposição e sensibilidade. A área de risco de mercado analisa e controla a aderência destas exposições aos limites e alertas e os reporta tempestivamente para as mesas da Tesouraria e demais estruturas previstas na governança.

O Itaú Unibanco utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre em ambientes com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*).

MR1: Abordagem padronizada - fatores de risco associados ao risco de mercado

Em R\$ milhões	31/03/2026
Fatores de risco	RWA _{MPAD}
Taxas de juros	63.602
Taxas de juros prefixada denominadas em Real (RWA_{JUR1})	13.897
Taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWA_{JUR2})	15.787
Taxas dos cupons de índices de preço (RWA_{JUR3})	33.918
Taxas dos cupons de taxas de juros (RWA_{JUR4})	-
Preços de ações (RWA_{ACS})	1.412
Taxas de câmbio (RWA_{CAM})	5.213
Preços de mercadorias (commodities) (RWA_{COM})	5.775
RWADRC	6.325
RWACVA	1.271
Total	83.598

A métrica do Modelo Padronizado (RWAMPAD) aumentou em relação ao último trimestre, principalmente em função das posições expostas a índices de preços e a moeda estrangeira.

Em atendimento ao disposto na Resolução BCB Nº 111, não foram realizadas reclassificações de instrumentos para a carteira de negociação ou para carteira bancária no trimestre atual.

MRB: Informações qualitativas sobre o risco de mercado na abordagem de modelos internos

Na abordagem de modelos internos são utilizados os modelos de VaR e VaR estressado. Esses modelos são aplicados sobre as operações em Carteira de Negociação, com os fatores de risco: taxas de juros, índices de inflação, taxas de câmbio, ações e commodities. Os modelos de VaR e VaR estressado são utilizados nas empresas do Conglomerado Prudencial apresentadas na tabela a seguir:

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

Instituição	Modelo utilizado para risco de mercado
Acácia FIDC Direito Creditório Responsabilidade LTDA	VaR e VaR Estressado
Aj Títulos Públicos Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	VaR e VaR Estressado
Angico FIDC Segmento Infraestrutura e Agronegócio de Responsabilidade Limitada	VaR e VaR Estressado
Banco Investcred Unibanco S.A.	VaR e VaR Estressado
Banco Itaú Chile	VaR e VaR Estressado
Banco Itaú Consignado S.A.	VaR e VaR Estressado
Banco Itaú Veículos S.A.	VaR e VaR Estressado
Banco ItauBank S.A.	VaR e VaR Estressado
Banco Itaucard S.A.	VaR e VaR Estressado
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	VaR e VaR Estressado
Erythrina FIDC Segm Infra e Agro Responsabilidade	VaR e VaR Estressado
FIDC B2cycle NPL	VaR e VaR Estressado
FIDC Cloudw Akira I	VaR e VaR Estressado
FIDC Kiwify	VaR e VaR Estressado
FIDC Mobilitas	VaR e VaR Estressado
FIDC Sumup Solo	VaR e VaR Estressado
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	VaR e VaR Estressado
Fundo De Invest Dir Creditórios Não Padron NPL II	VaR e VaR Estressado
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS ECO INVEST BRASIL	VaR e VaR Estressado
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios IA	VaR e VaR Estressado
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Soul	VaR e VaR Estressado
Fundo Fortaleza de Investimento Imobiliário	VaR e VaR Estressado
Fundo Kinea Ventures	VaR e VaR Estressado
IA II - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada	VaR e VaR Estressado
Ideal Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	VaR e VaR Estressado
Ideal Holding Financeira S.A.	VaR e VaR Estressado
Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	VaR e VaR Estressado
Iresolve Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.	VaR e VaR Estressado
Itaú Administradora de Consórcios Ltda.	VaR e VaR Estressado
Itaú Administradora de Fondos de Inversión S.A.	VaR e VaR Estressado
Itaú Bank & Trust Bahamas Ltd.	VaR e VaR Estressado
Itaú Bank & Trust Cayman Ltd.	VaR e VaR Estressado
Itaú Bank, Ltd.	VaR e VaR Estressado
Itaú BBA Trading S.A.	VaR e VaR Estressado
Itaú BBA USA Securities Inc.	VaR e VaR Estressado
Itaú Chile New York Branch.	VaR e VaR Estressado
Itaú Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	VaR e VaR Estressado
Itaú Corredores de Bolsa Limitada	VaR e VaR Estressado
Itaú Corretora de Valores S.A.	VaR e VaR Estressado
Itau Isento Julho 28 FIC de Fundos Infra RF Incentivo Resp Limitada	VaR e VaR Estressado
Itau Isento Marco 28 Fundo de Investimento em Cotas de FIIF em Infra RF - Resp Limitada	VaR e VaR Estressado
Itau Isento Marco 29 Fundo de Investimento em Cotas de FIIF em Infra RF - Resp Limitada	VaR e VaR Estressado
Itau Isento Setembro 28 Fundo de Investimento em Cotas de FIIF em Infra RF Resp Limitada	VaR e VaR Estressado
Itau Isento Setembro 29 FIC de Fundos Incentivados	VaR e VaR Estressado
Itaú Kinea Private Equity Multimercado Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Crédito Privado	VaR e VaR Estressado
Itaú Unibanco Holding S.A.	VaR e VaR Estressado
Itaú Unibanco Holding S.A., Grand Cayman Branch	VaR e VaR Estressado
Itaú Unibanco S.A.	VaR e VaR Estressado
Itaú Unibanco S.A., Nassau Branch	VaR e VaR Estressado
Itaú Unibanco Veículos Administradora de Consórcios Ltda.	VaR e VaR Estressado
ITB Holding Ltd.	VaR e VaR Estressado
Kinea CDI Absoluto Fundo De Investimento Financeiro Renda Fixa LP Resp Limitada	VaR e VaR Estressado
Kinea CO-investimento Fundo de Investimento Imobiliário	VaR e VaR Estressado
Kinea Equity Infra I Warehouse Feeder MM Ficf CP	VaR e VaR Estressado
Kinea FOF Imobiliário FIF Multimercado - Responsabilidade Limitada	VaR e VaR Estressado
Kinea I Private Equity FIP Multiestrategia	VaR e VaR Estressado

Kinea IMA- B5 Absoluto Fundo De Investimento Financeiro Renda Fixa LP Resp Limitada	VaR e VaR Estressado
Kinea KP Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado	VaR e VaR Estressado
Licania Fund Limited	VaR e VaR Estressado
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	VaR e VaR Estressado
Microinvest S.A. Soc. de Crédito a Microempreendedor	VaR e VaR Estressado
NC 2025 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	VaR e VaR Estressado
NC 2025 I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	VaR e VaR Estressado
Oiti Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior	VaR e VaR Estressado
Redecard Instituição de Pagamento S.A.	VaR e VaR Estressado
Redecard Sociedade de Crédito Direto S.A	VaR e VaR Estressado
RT Itaú DJ Títulos Públicos Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	VaR e VaR Estressado
RT Scala Renda Fixa - Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento	VaR e VaR Estressado
Tangerina Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Responsabilidade Limitada	VaR e VaR Estressado
Tarumã 2 FIF Fundo Incentivado em Investimento em Deb de Infra RF Cred Priv Resp Limitada	VaR e VaR Estressado
Tarumã Fundo Incentivado de Investimento em Debêntures de Infraestrutura Renda Fixa Crédito Privado	VaR e VaR Estressado
Théros Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas	VaR e VaR Estressado
Vitex FIF Fundo Incentivado em Investimento em Debêntures de Infra RF Cred Priv Resp Limitada	VaR e VaR Estressado

O Itaú Unibanco, para fins regulatórios, utiliza a metodologia de simulação histórica para o cálculo do VaR e VaR Estressado. Essa metodologia utiliza os retornos observados no passado para calcular os ganhos e perdas de uma carteira ao longo do tempo, com um intervalo de confiança de 99% e um horizonte de manutenção (*holding period*) de no mínimo 10 dias. No dia 31/03/2026, o VaR representou 57% do requerimento de capital, enquanto o VaR Estressado representou 43%. A mesma metodologia é utilizada para fins gerenciais, ou seja, não existem diferenças entre os modelos gerenciais e regulatórios.

Em relação ao modelo de VaR, os retornos históricos são atualizados diariamente. O Itaú Unibanco utiliza no seu modelo de VaR tanto a abordagem sem ponderação, na qual os dados históricos têm o mesmo peso, quanto com ponderação pela volatilidade dos retornos. Para o cálculo de volatilidades, é utilizado o método de alisamento exponencial. A metodologia de VaR Histórico com períodos de manutenção de 10 dias assume que a distribuição esperada para as perdas e ganhos possíveis para a carteira pode ser estimada a partir do comportamento histórico dos retornos dos fatores de risco de mercado a que esta carteira está exposta. Os retornos observados no passado são aplicados às operações atuais, gerando uma distribuição de probabilidade de perdas e ganhos simulados que são utilizados para estimar o VaR Histórico, de acordo com o nível de confiança de 99% e utilizando um período histórico de 1.000 dias. As perdas e ganhos das operações lineares são calculados através da multiplicação da marcação a mercado pelos retornos, enquanto as operações não lineares são recalculadas usando os retornos históricos. Os retornos utilizados nas simulações dos movimentos dos fatores de risco são relativos.

Já em relação ao modelo de VaR Estressado, o cálculo é realizado para um horizonte temporal de 10 dias úteis, considerando-se o nível de confiança de 99% e retornos simples no período histórico de um ano. O período histórico de estresse é calculado periodicamente para o período desde 2004 e pode ser revisto sempre que se julgar necessário. Isso pode ocorrer quando a composição das carteiras do Itaú Unibanco sofrer uma alteração significativa, quando forem observadas mudanças nos resultados da simulação dos retornos históricos ou quando acontecer uma nova crise de mercado. As perdas e ganhos das operações lineares são calculados através da multiplicação da marcação a mercado pelos retornos, enquanto as operações não lineares são recalculadas usando os retornos históricos.

Além do uso do VaR, o Itaú Unibanco realiza diariamente análises de risco em cenários extremos por meio de um arcabouço diversificado de testes de estresse, a fim de capturar as potenciais perdas significativas em situações extremas de mercado. Os cenários são baseados em crises históricas, prospectivas e em choques pré-determinados nos fatores de risco. Um fator que tem grande influência sobre o resultado dos testes, por exemplo, é a correlação entre os ativos e respectivos fatores de risco, e este efeito é simulado de várias maneiras nos diversos cenários testados.

A fim de identificar seus maiores riscos e auxiliar na tomada de decisão da tesouraria e da alta administração, os resultados dos testes de estresse são avaliados por fatores de risco, bem como de forma consolidada.

A eficácia do modelo de VaR é comprovada pelo teste de aderência, através da comparação de perdas e ganhos diários hipotéticos e efetivos, com o VaR diário estimado, de acordo com a Circular BACEN 3.646. O número de exceções dos limites estabelecidos de VaR deve ser compatível, dentro de uma margem estatística aceitável, com três intervalos de confiança distintos (99%, 97,5% e 95%) em três janelas históricas distintas (250, 500 e 750 dias úteis). Com isso contempla 9 amostras diferentes, garantindo a qualidade estatística da hipótese de VaR histórico.

O Itaú Unibanco possui um conjunto de processos, executados periodicamente pelas equipes de controles internos, cujo objetivo é replicar de forma independente as métricas que sensibilizam o capital de risco de mercado por modelos internos. Além dos resultados dos processos periódicos, o Itaú Unibanco avalia o processo de mensuração dos horizontes temporais por fatores de risco e a estimativa do período de estresse para o cálculo do VaR estressado. A validação do modelo interno inclui diversos tópicos considerados essenciais para a análise crítica do modelo, como por exemplo, a avaliação das limitações do modelo, a adequação dos parâmetros usados na estimativa de volatilidade e a abrangência a confiabilidade dos dados de entrada.

MR2: Informações sobre as variações do RWA_{MINT}

Exposições sujeitas a risco de mercado

A tabela a seguir mostra as exposições sujeitas a risco de mercado na abordagem de modelos internos, para apuração do requerimento de capital.

Em R\$ milhões	VaR	VaR estressado	Outros	RWA_{MINT} total
RWAMINT em 31/12/2025	15.444	13.724	1.517	30.685
Mudanças nos níveis de risco	3.862	957	-	4.819
Atualizações e mudanças no modelo interno	-	-	-	-
Metodologia e regulação	-	-	-	-
Aquisições e vendas	-	-	-	-
Mudanças nas taxas de câmbio	553	573	-	1.126
Outros	-	-	(114)	(114)
RWADRC			-	-
RWACVA			-	-
RWAMINT em 31/03/2026	19.859	15.254	1.403	36.516

O RWA_{MINT} apresentou aumento em relação ao trimestre anterior, principalmente em função das posições expostas a índices de preço e à moeda estrangeira.

MR3: Valores dos modelos internos de risco de mercado

A tabela a seguir mostra os valores de VaR e VaR estressado apurados pelos modelos internos de risco de mercado.

Em R\$ milhões	31/03/2026
VaR (10 dias, 99%)	
Máximo	570
Médio	381
Mínimo	218
Final do trimestre	327
VaR estressado (10 dias, 99%)	
Máximo	561
Médio	406
Mínimo	324
Final do trimestre	411

O VaR e o VaR estressado apresentaram aumento em relação ao trimestre anterior, principalmente em função das posições expostas a índices de preço e à moeda estrangeira.

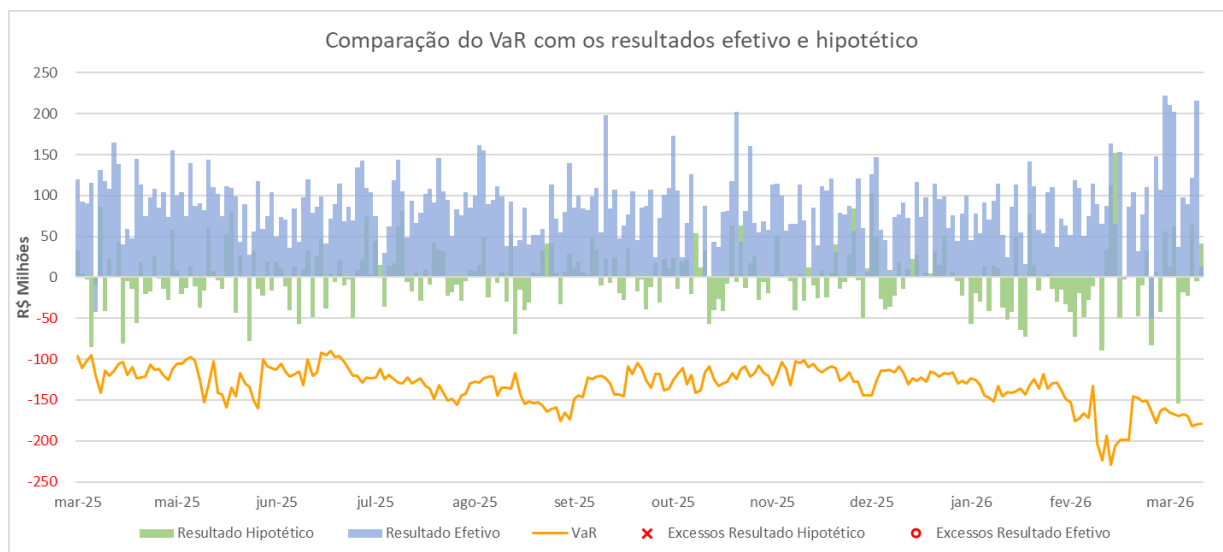
MR4: Comparação das estimativas do VaR com os resultados efetivo e hipotético**Teste de Aderência**

A eficácia do modelo de VaR é comprovada pelo teste de aderência, através da comparação de perdas e ganhos diários hipotéticos e efetivos com o VaR diário. O VaR diário é calculado para um horizonte de manutenção de um dia, de acordo com o nível de confiança de 99% e utilizando um período histórico de 1.000 dias. O percentual de requerimento de capital associado a este modelo é de 100%.

As análises do teste de aderência apresentadas abaixo consideram as faixas sugeridas pelo Comitê de Basileia de Supervisão Bancária. Essas faixas dividem-se em:

- Verde (0 a 4 exceções): os resultados do teste de aderência que não sugerem problemas com a qualidade ou a precisão dos modelos adotados;
- Amarela (5 a 9 exceções): faixa intermediária. Sinaliza a necessidade de atenção por meio do monitoramento ou possibilidade de revisão dos modelos adotados; e
- Vermelha (10 ou mais exceções): há necessidade de uma ação de melhoria.

O gráfico a seguir mostra a comparação entre o VaR e os resultados efetivo e hipotético:



Em relação aos resultados hipotético e efetivo, não houve exceção.

Os resultados efetivos não incluem tarifas, corretagens e comissões. Não existem reservas de resultado.

Total da Exposição Associada a Instrumentos Financeiros Derivativos

As posições em derivativos têm como principal função gerir os riscos das carteiras de negociação e bancária nos respectivos fatores de risco.

Derivativos: Carteira de Negociação e Carteira Bancária

Em R\$ milhões 31/03/2026

Fatores de Risco	Com Contraparte Central				Sem Contraparte Central			
	Brasil		Exterior		Brasil		Exterior	
	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida
Taxas de Juros	256.107	(382.510)	22.447	(29.828)	217.150	(305.475)	79.064	(104.698)
Taxas de Câmbio	187.432	(203.237)	50.241	(39.800)	28.765	(48.091)	462.430	(378.942)
Ações	27.368	(25.185)	5.676	(3.103)	925	(4.599)	1.342	(1.128)
Commodities	1.632	(2.887)	15	(1.933)	1.172	(36)	-	-

IRRBB: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do IRRBB

A Circular BACEN nº 3.876, publicada em janeiro de 2018, dispõe sobre metodologias e procedimentos para a avaliação da suficiência do valor de Patrimônio de Referência (PR) mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*).

Para fins desta Circular, definem-se:

- Δ EVE (Delta *Economic Value of Equity*) como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros;

- ΔNII (Delta *Net Interest Income*) como a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

As análises de sensibilidade da carteira bancária aqui apresentadas são uma avaliação estática da exposição da carteira e, portanto, não consideram a capacidade dinâmica de reação da gestão (tesouraria e áreas de controle) que aciona medidas mitigadoras do risco, sempre que uma situação de perda ou risco elevado é identificada, minimizando a possibilidade de perdas significativas. Adicionalmente, ressalta-se que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis ou econômicos, pois o estudo tem fins exclusivos de divulgação da exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis adotadas pelo Itaú Unibanco.

A instituição utiliza a metodologia interna para mensuração de ΔEVE e ΔNII . Os valores apurados para o ΔEVE não representam impacto imediato ao patrimônio líquido, enquanto que ΔNII indica potencial volatilidade aos resultados projetados considerando as premissas dos modelos.

Em cumprimento da circular, estão discriminadas abaixo as informações qualitativas e quantitativas acerca do gerenciamento de risco relativo ao IRRBB no Itaú Unibanco.

Estrutura e tratamento

O risco de taxa de juros da carteira bancária refere-se ao risco potencial de impacto na suficiência de capital e/ou nos resultados de intermediação financeira devido a movimentos adversos das taxas de juros, considerando os fluxos relevantes dos instrumentos classificados na carteira bancária.

O principal objetivo da gestão de ativos e passivos é maximizar a relação entre retorno e risco das posições contidas na carteira bancária, levando em conta o valor econômico dos ativos/passivos e os impactos nos resultados do exercício e nos resultados futuros.

O processo de gerenciamento do risco de taxa de juros das operações classificadas na carteira bancária ocorre dentro da governança e hierarquia de órgãos colegiados e de uma estrutura de limites e alertas aprovada especificamente para este fim, sensibilizando diferentes níveis e classes de risco de mercado.

A estrutura de gerenciamento do IRRBB possui políticas e controles de risco que visam a garantir a adequação ao apetite de risco da instituição. O *framework* do IRRBB possui limites gerenciais granulares para diversas métricas de risco e limites consolidados de ΔEVE e ΔNII e limites associados a testes de estresse.

A unidade de gerenciamento de ativos e passivos é responsável pela gestão dos descasamentos entre fluxos ativos e passivos por faixa de prazos e atua na mitigação do risco de taxa de juros por meio de estratégias de hedge econômico e de hedge contábil.

Todos os modelos associados ao IRRBB possuem um processo robusto de validação independente e seus modelos são aprovados pela CTAM (Comissão Técnica de Avaliação de Modelos). Além disso, todos os modelos e processos são avaliados pela auditoria interna.

O *framework* de risco de taxas de juros da carteira bancária possui medidas de risco gerenciais que são calculadas diariamente para o controle de limites. As métricas de ΔEVE e ΔNII são avaliadas em relação aos limites de apetite de risco e as demais métricas de risco em relação aos limites de risco gerenciais.

No processo de gerenciamento do risco de taxa de juros da carteira bancária, o tratamento dispensado às operações sujeitas às opcionalidades automáticas é feito por meio de modelos de marcação a mercado que decompõe os produtos, sempre que possível, em instrumentos lineares e não lineares. Os instrumentos lineares são tratados de maneira análoga aos demais instrumentos sem opcionalidades e os instrumentos não lineares possuem um tratamento específico dado por meio de um *Add-on* nas métricas de ΔEVE e ΔNII .

De maneira geral, as operações sujeitas às opcionalidades comportamentais são classificadas como depósitos sem vencimento contratual definido ou produtos sujeitos a pré-pagamento. Os depósitos sem vencimento são classificados em relação à sua natureza e estabilidade para garantir adequação das premissas em relação aos limites regulatórios. O tratamento dispensado aos produtos sujeitos a pré-pagamento é feito por meio de modelos de análise de sobrevivência, cuja dinâmica é determinada com base no comportamento histórico das carteiras. Os fluxos dos instrumentos que possuem características homogêneas são ajustados por modelos específicos de forma a refletir de maneira mais adequada os fluxos de reapreçamento dos instrumentos.

A carteira bancária é composta por operações ativas e passivas originadas pelos diversos canais comerciais (varejo e atacado) do Itaú Unibanco. As exposições de risco de mercado inerentes à carteira bancária são compostas por vários fatores de risco, que são componentes primários do mercado na formação dos preços.

No IRRBB, são consideradas ainda as operações de *hedge* que buscam mitigar os riscos derivados das oscilações dos fatores de risco de mercado e suas assimetrias contábeis.

O risco de mercado gerado pelos descasamentos estruturais é gerenciado por meio de vários instrumentos financeiros, como derivativos de bolsa e no mercado de balcão. Em alguns casos, operações com instrumentos financeiros derivativos podem ser classificadas como *hedge* contábil, de acordo com suas características de risco e fluxo de caixa. Nestes casos, a documentação comprobatória específica é analisada para permitir o acompanhamento contínuo da efetividade do *hedge* e das demais alterações no processo contábil. Os procedimentos contábeis e administrativos de *hedges* são definidos pela Circular BACEN nº 3.082.

A modelagem do IRRBB inclui uma série de premissas:

- O Δ EVE e o Δ NII são mensurados com base nos fluxos de caixa dos instrumentos da carteira bancária, decompostos nos seus fatores de risco isolando o efeito de taxa de juros e dos componentes de *spread*;
- Para depósitos sem vencimento os modelos são classificados quanto a sua natureza e estabilidade e distribuídos no tempo considerando os limites regulatórios;
- A instituição utiliza modelos de análise de sobrevivência para o tratamento de operações de crédito sujeitas ao pré-pagamento e modelos empíricos para operações sujeitas ao resgate antecipado;

ORA - Informações Qualitativas sobre o gerenciamento de Risco Operacional

Políticas e Estratégias de Gerenciamento do Risco Operacional

O gerenciamento do risco operacional no Itaú Unibanco segue um **processo estruturado e contínuo**, alinhado à *Política de Gerenciamento de Risco Operacional*, contemplando as seguintes etapas: **identificação, avaliação, resposta, monitoramento e reporte dos riscos operacionais**.

As estratégias adotadas buscam garantir que o **risco residual permaneça enquadrado aos níveis de apetite ao risco aprovados pela Alta Administração**, considerando mudanças nos ambientes interno e externo, bem como a criticidade dos processos, produtos e serviços.

Estrutura Organizacional, Papéis e Responsabilidades

O Itaú Unibanco adota o modelo de **três linhas de defesa**, conforme as melhores práticas do *Institute of Internal Auditors – IIA*:

1. **Primeira Linha:** áreas de negócios e suporte, responsáveis diretas pela identificação, avaliação, resposta, monitoramento e reporte dos riscos operacionais inerentes aos seus processos.

2. **Segunda Linha:** representada pela Área de Riscos, sob coordenação da **Diretoria de Compliance & OpRisk (DCOR)**, que tem como missão viabilizar a gestão de riscos operacionais e regulatórios, apoiando de forma independente a 1ª linha e suportando decisões que maximizam valor sustentável para o banco, garantindo conformidade e centralidade no cliente por meio de uma abordagem baseada em riscos. É responsável por supervisionar de forma independente a efetividade do gerenciamento do risco operacional, emitir opinião independente sobre o ambiente de controle e definir metodologias, parâmetros e ferramentas.
3. **Terceira Linha:** exercida pela Auditoria Interna, de forma independente, avaliando periodicamente a adequação e efetividade dos processos de gestão de riscos e controles internos.

O **Chief Risk Officer (CRO)** é responsável por assegurar a adequada estrutura de gerenciamento do risco operacional e pela comunicação com as instâncias superiores de governança.

Sistemas, Rotinas e Procedimentos

A instituição mantém sistemas e rotinas estruturadas para a **captura, consolidação e análise de eventos de perdas operacionais**, bem como para o monitoramento contínuo do ambiente de controle, utilizando técnicas de análise de dados e indicadores de risco. Essas informações subsidiam a avaliação tempestiva de falhas e o endereçamento de suas causas raiz.

Reporte Gerencial e Governança

Os reportes de risco operacional são realizados de forma **periódica e estruturada**, por meio de fóruns de governança, considerando critérios de relevância, materialidade e severidade das perdas operacionais e incidentes.

No âmbito do Conselho de Administração, ocorrem no **Comitê de Gestão de Risco e de Capital**, estabelecido em atendimento à Resolução CMN nº 4.557 de 23/2/2017 e que tem por objetivo apoiar o Conselho de Administração no desempenho de suas responsabilidades relativas à gestão de riscos, incluindo os riscos operacional e regulatório. Complementarmente, o **Comitê de Auditoria**, que funciona em conformidade com a Resolução CMN nº 4.910 de 27/5/2021, exerce, dentre as tarefas previstas em seu regulamento, o papel de avaliar a qualidade e a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos existentes e recebe atualização sobre o tema em reuniões periódicas com esta finalidade específica.

Para o Comitê Executivo, os reportes são realizados em fóruns específicos, como na **Comissão Superior de Compliance & OpRisk (CSCOR)** com participação do Presidente do Itaú, dos Membros do Comitê Executivo, que inclui o Chief Risk Officer (CRO) Holding, e do Diretor Executivo da área de Auditoria Interna. Esse fórum, trimestral, tem como funções conhecer os riscos dos processos de negócios e áreas de suporte, avaliar os resultados do Sistema de Controles Internos e definir diretrizes para gestão dos riscos operacionais e regulatórios. Além disso, temos fóruns específicos para cada unidade de negócio de áreas de suporte, os **Comitês de Compliance & OpRisk (CCOR)** com o Membro do Comitê Executivo (MCE), que ocorre pelo menos três vezes ao ano e conta com o MCE responsável pela área e a Diretora de Compliance & OpRisk. Suas atribuições incluem conhecer os riscos da área, dar resposta aos riscos identificados e acompanhar planos de ação para melhoria do ambiente de controle, além de tratar de mudanças metodológicas relevantes.

Eventos relevantes ou exceções significativas podem ensejar **reportes extraordinários** às instâncias de governança, incluindo Diretoria Executiva, Comitês de Riscos, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, por meio dos fóruns anteriormente mencionados.

Estratégias de Mitigação do Risco Operacional

As estratégias de mitigação do risco operacional incluem:

1. Adoção de **respostas estruturadas ao risco** (aceitação, mitigação, transferência ou evitação), alinhadas ao apetite ao risco;
2. **Fortalecimento do ambiente de controles internos**, com monitoramentos, testes e planos de ação;
3. **Disseminação da cultura de riscos, conformidade e ética**, por meio de programas contínuos de treinamento e capacitação;
4. Definição de diretrizes para **terceirização de serviços relevantes**, assegurando controles adequados e acompanhamento dos riscos associados.

Em linha com os princípios da Resolução CMN 4.557, o documento “Relatório de Acesso Público - Política de Gerenciamento de Risco Operacional”, pode ser acessado no site www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores, na seção “Itaú Unibanco”, “Governança Corporativa”, “Políticas”, “Relatórios”

OR1: Histórico de perdas operacionais

	T ⁽¹⁾	T-1	T-2	T-3	T-4	T-5	T-6	T-7	T-8	T-9	Média dos últimos 10 períodos anuais
Com limiar de R\$ 100.000,00 (cem mil reais)											
1 Valor de perda líquida	9,441	3,857	3,557	3,199	3,739	5,281	3,309	5,018	4,292	3,499	4,519
2 Número de eventos de perda operacional	196,337	237,45	265,025	283,901	281,793	303,235	309,022	310,916	288,798	232,822	270,93
Valor total de perda operacionais descartadas da base de perda	0	2	20	6	8	0	0	5	5	6	5
4 Número de eventos de perda descartados		34	149	152	93	15	4	22	26	49	54
5 Valor de perda líquida considerando eventos descartados	9,441	3,859	3,577	3,205	3,747	5,281	3,309	5,023	4,297	3,506	4,524
Com limiar de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais)											
6 Valor de perda líquida	8,014	2,556	2,351	2,001	2,531	3,772	1,816	3,54	2,935	2,105	3,162
7 Número de eventos de perda operacional	69,694	82,731	89,627	89,864	87,197	91,271	89,642	84,874	76,154	60,095	82,115
8 Valor total de perdas operacionais descartadas da base de perdas	0	2	17	5	7	0	0	4	4	2	4
9 Número de eventos de perda descartados		14	46	56	20	1	4	13	7	6	17
10 Valor da perda líquida considerando eventos descartados	8,014	2,558	2,368	2,006	2,537	3,772	1,816	3,545	2,939	2,108	3,166
Detalhes do cálculo do RWAopad											
13 Limiar de perda utilizado no cálculo do ILM: R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ou R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)											500000

1) T corresponde a 30/06/2025, data-base do DRO utilizado no capital vigente para março de 2026

OR2: Composição do Indicador de Negócios (BI)

BI e componentes		T ⁽¹⁾	T-1	T-2
1	Componente de juros, arrendamento mercantil e participações (ILDC)	59.389		
1a	Receita de juros e arrendamento mercantil (II)	415.849	349.660	280.236
1b	Despesa de juros e arrendamento mercantil (IE)	-379.100	-275.115	-191.703
1c	Ativos geradores de juros (IEA)	1.874.849	1.851.681	1.657.383
1d	Receitas de participações (DI)	23.190	19.439	14.398
2	Componente de serviços (SC)	59.550		
2a	Receita de serviços (FI)	40.770	43.982	44.627
2b	Despesa de serviços (FE)	-13.420	-13.711	-12.864
2c	Outras receitas operacionais (OOI)	16.998	22.015	9.231
2d	Outras despesas operacionais (OOE)	-22.689	-17.372	-9.210
3	Componente Financeiro (FC)	16.328		
3a	Resultado líquido da carteira de negociação (NTB)	-715	2.172	6.438
3b	Resultado líquido da carteira bancária (NBB)	25.283	3.467	-10.908
4	Indicador de Negócios (BI)	135.266		
5	Indicador de Negócios Ponderado (BIC)	20.140		
Divulgação relativa ao BI				
6c	Receitas referentes a serviços de pagamento excluídos do SC	-	-	-
6d	Despesas referentes a serviços de pagamento excluídos SC	-	-	-

1) T corresponde a 31/12/2025, data-base do DRO utilizado no capital vigente para março de 2026

OR3: Requerimento de capital para o risco operacional

31/03/2026

Indicador de Negócios Ponderado (BIC)	20.140
Multiplicador de Perda Internas (ILM)	98,2691%
Requerimento de capital para risco operacional	19.791
RWAopad	247.392

Outros Riscos**Riscos de Seguros, Previdência e Capitalização**

Os produtos que compõem as carteiras das seguradoras do Itaú Unibanco estão relacionados aos seguros de vida e elementares, aos planos de previdência privada e aos produtos de capitalização. Os principais riscos inerentes a esses produtos estão descritos a seguir e suas definições são apresentadas nos seus respectivos capítulos.

- **Risco de subscrição:** Decorre do uso de metodologias e/ou premissas inadequadas na precificação ou provisão dos produtos. Pode se materializar de formas diferentes, a depender do produto ofertado: Em seguros é resultante da alteração no comportamento do risco em relação ao aumento na frequência e/ou severidade dos sinistros ocorridos, contrariando as estimativas da precificação. Em previdência é observado no aumento na expectativa de vida ou no desvio das premissas utilizadas nas reservas técnicas. Em Capitalização o pagamento de prêmios de títulos sorteados em séries não integralizadas e/ou despesas administrativas maiores do que as esperadas podem materializar este risco;

- **Risco de mercado;**

- Risco de crédito;
- Risco operacional;
- Risco de liquidez.

Em linha com as boas práticas nacionais e internacionais o Itaú Unibanco possui estrutura de gerenciamento de riscos que garante que os riscos oriundos dos produtos de seguro, previdência e capitalização sejam avaliados adequadamente e reportados aos fóruns pertinentes.

O processo de gerenciamento dos riscos de seguros, previdência e capitalização é independente e foca nas especificidades de cada risco.

Por fim, o Itaú Unibanco tem como objetivo assegurar que os ativos garantidores dos produtos de longo prazo, com retornos mínimos garantidos, sejam geridos de acordo com as características do passivo, visando ao seu equilíbrio atuarial e à solvência no longo prazo.

Riscos Social, Ambiental e Climático

Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos são a possibilidade de ocorrência de perdas em função da exposição a eventos de origem social, ambiental e/ou climático relacionados às atividades desenvolvidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, podendo impactar a perenidade dos nossos negócios, a resiliência dos nossos ativos e a geração de valor no curto, médio e longo prazos.

A Política de Riscos Social, Ambiental e Climático (Política de Riscos SAC) estabelece as diretrizes e os princípios fundamentais para a gestão dos riscos social, ambiental e climático, abordando os riscos mais relevantes para a operação da instituição por meio de procedimentos específicos, em alinhamento às políticas corporativas aplicáveis.

Para mitigação dos Riscos Social, Ambiental e Climático são efetuadas ações de mapeamentos de processos, riscos e controles, acompanhamento de novas normas relacionadas ao tema e registro das ocorrências em sistemas internos. Além da identificação, as etapas de priorização, resposta ao risco, mitigação, monitoramento e reporte dos riscos avaliados complementam o gerenciamento destes riscos no ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

Na gestão dos Riscos Social, Ambiental e Climático as áreas de primeira linha, representadas pelos negócios, realizam a gestão do risco em suas atividades diárias, seguindo as diretrizes da Política de Riscos SAC e processos específicos, contando com avaliação especializada de equipes técnicas dedicadas como no time de Crédito. Além disso, áreas de apoio aos negócios como Sustentabilidade e Jurídico Institucional também contam com times especializados, que atuam de forma integrada na gestão de todas as dimensões dos Riscos Social, Ambiental e Climático atreladas às atividades do conglomerado. As áreas de segunda linha, como Riscos SAC e Controles Internos dão suporte e asseguram a adequada governança das atividades das áreas de negócios e de crédito. Na terceira linha, a Auditoria Interna atua de maneira independente, realizando avaliações da gestão dos riscos, controles e governança. A instituição conta com procedimentos específicos para a gestão dos riscos SAC em sua própria operação (patrimônio, infraestrutura de agências, tecnologia e fornecedores), nos riscos tradicionais como crédito, investimentos e controladas chave. Esses procedimentos foram desenvolvidos e implementados com base nos princípios de relevância e proporcionalidade e incluem desde a verificação de informações em bases públicas aplicáveis para clientes e fornecedores até a análise individualizada aprofundada para alguns clientes, a depender do segmento ou tipo de produto.

A governança conta, ainda, com o Comitê de Riscos Social, Ambiental e Climático, que tem como principal competência avaliar e deliberar sobre assuntos institucionais e estratégicos, bem como sobre produtos, operações e serviços que envolvam o tema de Riscos Social, Ambiental e Climático.

Considerando a relevância do risco climático, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO apoia a Força-tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima (Task Force on Climate-related Financial Disclosures - TCFD) e está comprometido em manter um processo de evolução e melhoria contínua alinhado às suas recomendações.

Além disso, a instituição mensura a sensibilidade do seu portfólio de crédito aos riscos climáticos aplicando a Régua de Sensibilidade aos Riscos Climáticos, que categoriza clientes e setores considerando tanto os riscos físicos (decorrentes de mudanças nos padrões climáticos, como aumento das chuvas, da temperatura e eventos climáticos extremos) quanto os de transição (resultantes de mudanças na economia, em consequência de ações climáticas, como precificação do carbono, regulamentação climática, riscos de mercado e riscos de reputação).

Risco de Conformidade e Operacional

Os riscos de conformidade e operacional são definidos como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falhas de processos internos, pessoas ou sistemas ou pela falta de cumprimento de disposições legais e regulamentares.

A metodologia que suporta a gestão desses riscos, observa as boas práticas de mercado, tendências e regulamentações aplicáveis, com destaque para os princípios de Basileia, COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), COBIT (Control Objectives for Information and Related Technologies), IIA (The Institute of Internal Auditors) e uso intensivo de inteligência artificial para desafiar o status quo.

Risco de Modelo

O risco de modelo é o risco de impacto financeiro, regulatório ou reputacional decorrente de erros na produção de suas expectativas, seu uso ou associado aos dados necessários para sua aplicação.

O uso de modelos vem se tornando cada vez mais presente na instituição, apoiando decisões estratégicas em diversos contextos, como na aprovação do crédito, no apreçamento de operações, na estimativa de curvas de volatilidade, no cálculo de capital, entre outros.

Devido ao crescente uso de modelos, impulsionado pela aplicação de novas tecnologias e pela ampliação da utilização de dados, o Itaú Unibanco segue aperfeiçoando sua governança em relação ao desenvolvimento, implantação, uso e monitoramento desses modelos, através da definição de diretrizes, políticas e procedimentos que visam a assegurar a qualidade e a mitigar os riscos associados a cada nova metodologia.

A atuação das áreas responsáveis por modelos é avaliada pelas equipes de Risco Operacional e Auditoria Interna para garantir a aderência a tais políticas. As oportunidades de melhoria encontradas ao longo dessas avaliações são devidamente endereçadas com planos de ação, sendo os mesmos acompanhados pelas 3 linhas e pela alta administração até sua conclusão.

Validação Independente de Modelos de Riscos

O Itaú Unibanco realiza validação independente dos processos e dos modelos de risco. Esta atividade é realizada por diretoria apartada das áreas de negócio e controle de risco, garantindo a independência das avaliações.

A metodologia de validação, definida em política interna específica, é aderente aos requisitos regulatórios, como por exemplo, os estabelecidos nas Circulares BACEN 303, 3.646, 3.674, 3.876 e Resoluções 4966, 4.277 e 4.557. As etapas de validação incluem, entre outras:

- Verificação da robustez técnica e premissas utilizadas nos modelos;
- Análise qualitativa e quantitativa dos modelos, incluindo a declaração de variáveis, construção de calculadora independente e a adequação das referências técnicas utilizadas;
- Quando aplicável, comparação com modelos alternativos e *benchmarks* externos;
- *Backtesting* histórico do modelo;
- Avaliação da adequação da implantação dos modelos nos sistemas utilizados.

Adicionalmente, a área de validação avalia o programa de teste de estresse.

A atuação da área de validação independente e as validações de processos e modelos são avaliadas pela Auditoria Interna e submetidas a comitês específicos, compostos por membros da alta administração. As oportunidades de melhoria encontradas ao longo do processo de validação independente estão devidamente endereçadas com planos de ação, sendo os mesmos acompanhados pelas 3 linhas e pela alta administração até sua conclusão.

Risco Reputacional

O Itaú Unibanco entende o risco reputacional como o risco decorrente de práticas internas e/ou fatores externos que possam gerar uma percepção negativa sobre o Itaú Unibanco por parte de clientes, colaboradores, acionistas, investidores, órgãos reguladores, governo, fornecedores, imprensa e a sociedade de forma geral, podendo impactar a reputação do banco, o valor da sua marca e/ou resultar em perdas financeiras. Além disso, pode afetar a manutenção de relações comerciais existentes, o acesso a fontes de captação de recursos, a atração de novos negócios e de talentos para compor o quadro da empresa ou mesmo a licença para operar.

A instituição entende que a reputação é de suma importância para o atingimento de seus objetivos de longo prazo, sendo a razão pela qual procura o alinhamento entre o discurso, a prática e a atuação ética e transparente, fundamental para ampliar o nível de confiança de seus públicos de relacionamento e partes interessadas. De modo geral, a reputação da instituição permeia sua estratégia (visão, cultura e competências) e é construída a partir das experiências, diretas ou indiretas, estabelecidas entre o Itaú Unibanco e as partes interessadas.

Visto que o risco reputacional permeia, direta e indiretamente, todas as operações e processos da instituição, a governança do Itaú Unibanco é estruturada de maneira a garantir que estes potenciais riscos sejam identificados, analisados e gerenciados ainda nas fases iniciais de suas operações e análise de novos produtos, incluindo a utilização de novas tecnologias.

Desta forma, o tratamento dado ao risco reputacional pelo Itaú Unibanco é estruturado por meio de diversos processos e iniciativas internas que, por sua vez, são suportados por políticas, tendo como principal objetivo

proporcionar mecanismos de monitoramento, gerenciamento, controle e mitigação dos principais riscos reputacionais. Dentre eles, destacam-se: (i) arcabouço do apetite de risco; (ii) prevenção e combate a atos ilícitos; (iii) gestão de crises e continuidade dos negócios; (iv) relações governamentais e institucionais; (v) comunicação corporativa; (vi) gestão da marca; (vii) ouvidoria e compromisso com a satisfação de clientes; e (viii) diretrizes de ética e prevenção à corrupção.

As instituições financeiras desempenham um papel fundamental na prevenção e no combate aos atos ilícitos, dentre os quais se destacam a lavagem de dinheiro, o financiamento ao terrorismo e as fraudes, em que o grande desafio é identificar e reprimir operações cada vez mais sofisticadas que procuram dissimular a origem, a localização, a disposição, a propriedade e a movimentação de bens e valores provenientes, direta ou indiretamente, de atividades ilegais. O Itaú Unibanco estabeleceu uma política corporativa com o intuito de prevenir seu envolvimento com atos ilícitos e proteger sua reputação e imagem perante colaboradores, clientes, parceiros estratégicos, fornecedores, prestadores de serviços, órgãos reguladores e sociedade, por meio de uma estrutura de governança orientada para a transparência, rigoroso cumprimento de normas e regulamentos, incluindo a Circular 3.978/2020 do Banco Central do Brasil entre outras, e a cooperação com as autoridades policial e judiciária. Também busca um alinhamento contínuo com as melhores práticas nacionais e internacionais para prevenção e combate a atos ilícitos, por meio de investimentos e capacitação permanente dos colaboradores elegíveis.

Para o Itaú Unibanco estar em conformidade com as diretrizes dessa política corporativa, se estabeleceu um programa de prevenção e combate a atos ilícitos, baseado nos seguintes pilares:

- Políticas e Procedimentos;
- Processo de Identificação de Clientes;
- Processo de “Conheça seu Cliente” (KYC);
- Processo de “Conheça seu Parceiro” (KYP);
- Processo de “Conheça seu Fornecedor” (KYS);
- Processo de “Conheça seu Funcionário” (KYE);
- Avaliação de Novos Produtos e Serviços;
- Cumprimento às Sanções;
- Monitoramento, Seleção e Análise de Operações ou Situações Suspeitas;
- Comunicação de Transações Suspeitas aos Órgãos Reguladores; e
- Treinamento.

Esse programa aplica-se ao Conglomerado Itaú Unibanco e suas empresas no Brasil e no exterior. A governança sobre prevenção e combate a atos ilícitos é realizada pelo Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Comitês de Risco Operacional, Comitê de Gestão de Riscos e Capital, e pelos Comitês de Prevenção à Lavagem de Dinheiro. O documento que expressa as diretrizes estabelecidas no programa corporativo de prevenção e combate a atos ilícitos pode ser visualizado no site www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores, na seção “Itaú Unibanco”, “Governança Corporativa”, “Políticas”, “Política Corporativa de Prevenção a Atos Ilícitos”.

Adicionalmente, o Itaú Unibanco vem desenvolvendo diversos modelos de análise de dados para aprimorar a metodologia de classificação de risco do cliente, monitoramento de transações e KYC, com foco no aumento da acurácia analítica, na redução de falsos positivos e no fortalecimento da visão integrada de risco. O Itaú Unibanco também vem inovando suas soluções de modelagem por meio de técnicas avançadas de machine

learning e Inteligência Artificial, incluindo IA Generativa, promovendo maior correlação entre múltiplas fontes de informação, maior tempestividade nas análises e investigações, priorização mais eficiente de alertas e apoio qualificado à tomada de decisão, resultando em processos de PLD mais robustos, eficientes e alinhados às melhores práticas regulatórias.

Risco Cibernético

Os riscos cibernéticos são eventos que podem causar perdas financeiras, interrupções operacionais, extração ou danos às informações armazenadas em nossos sistemas. Esses riscos podem ocorrer por meio de invasões realizadas por indivíduos mal-intencionados, infiltração de “*malwares*” (como vírus de computador), contaminação - intencional ou acidental - de nossas redes e sistemas por terceiros com os quais trocamos informações, exploração de vulnerabilidades, acesso não autorizado às informações confidenciais de clientes e/ ou informações proprietárias por pessoas internas ou externas à Organização, além de ataques cibernéticos que comprometam a disponibilidade dos nossos serviços e a integridade das informações.

O Itaú Unibanco tem o compromisso de proteger as informações corporativas e garantir a privacidade dos clientes e do público em geral em quaisquer operações. Para isso, adotamos processos rígidos de controle, voltados à detecção, prevenção, monitoramento contínuo e resposta imediata a ameaças e tentativas de invasão à nossa infraestrutura. Essas ações asseguram uma gestão eficaz dos riscos, sustentam a transformação digital e estão alinhadas aos principais reguladores, auditorias externas, melhores práticas e certificações de mercado.

Como parte dessa estratégia, adotamos o conceito de proteção de perímetro expandido, que considera que a informação deve ser protegida, onde estiver: dentro da infraestrutura do banco, em um serviço de *cloud* em um prestador de serviço ou em uma unidade internacional. Essa abordagem contempla todo o ciclo de vida da informação – desde a coleta, passando pelo processamento, transmissão, armazenamento, análise e até sua destruição.

A área responsável por essa estratégia é a **Diretoria de Cyber Security**, criada em decorrência do desafio de proteger o banco em um ambiente cada vez mais digital, complexo e em constante transformação.

A Política Corporativa de Segurança da Informação e *Cyber Security* está disponível no site www.itaunet.com.br/relacoes-com-investidores, na seção “Itaú Unibanco”, “Governança Corporativa”, “Políticas”, “Política Corporativa de Segurança da Informação e *Cyber Security*”.

Gestão de Crises e Resiliência Operacional

O Programa de Resiliência Operacional do Itaú Unibanco tem por objetivo proteger seus colaboradores, assegurar a continuidade das funções críticas de suas linhas de negócio e sustentar tanto a estabilidade dos mercados em que atua quanto à confiança de seus clientes e parceiros estratégicos em sua prestação de serviços e produtos. Para tanto, possui políticas que estabelecem procedimentos, papéis e responsabilidades a serem seguidas pelas áreas do Itaú Unibanco.

O Programa estabelece o Plano de Continuidade de Negócios (PCN) que são procedimentos modulares à disposição para utilização em eventuais incidentes. Para que a retomada ocorra de forma rápida e segura, o PCN tem definido ações corporativas e customizadas para suas linhas de negócio.

Para que o PCN reflita as prioridades de retomada do ambiente de negócio que suportam a entrega de produtos e serviços, é aplicado o BIA (Business Impact Analysis). O BIA identifica e avalia o impacto nos negócios, diante de situações de interrupções de seus processos, motivadas por falhas de origem de riscos humanos, naturais, climáticos, ambientais, sociais e/ou tecnológicos.

Considerando a dependência que alguns processos possuem com relação a serviços de terceiros, o Programa conta com um processo de autoavaliação dos fornecedores em relação ao risco de indisponibilidade dos serviços prestados na perspectiva de resiliência para ameaças de interrupção.

Para avaliar a eficiência e identificar pontos de melhoria das ações de contingenciamento são realizados exercícios dos planos de contingência durante o ano. A periodicidade dos exercícios é estabelecida pelo gestor dos planos, podendo ser: anual, semestral ou de menor intervalo (bimestral, trimestral, mensal, etc), levando-se em consideração a criticidade do processo ou a complexidade da contingência.

O Programa estabelece um fluxo frequente de acultramento junto a alta administração da companhia, bem como uma análise constante dos cenários e eventos de alto impacto para estabelecer planos de respostas alinhados às ameaças atuais.

Para avaliar a eficiência e identificar pontos de melhorias nos planos de resposta à crise, são realizados testes, com a periodicidade mínima de uma vez ao ano.

Risco País

O Risco País é o risco de perdas relativas ao não cumprimento de obrigações associadas a tomadores, emissores, contrapartes ou garantidores, em decorrência de eventos político-econômicos e sociais ou ações realizadas pelo governo do país onde está o tomador, o emissor, a contraparte ou o garantidor.

O Itaú Unibanco dispõe de uma estrutura específica para gestão e controle do risco país, composta de órgãos colegiados e equipes dedicadas, com responsabilidades definidas em política. A instituição possui um fluxo estruturado e consistente, composto por processos que abrangem: (i) definição de *ratings* para países; (ii) definição de limites para países; e (iii) monitoramento da utilização dos limites.

Risco de Negócio e Estratégia

O risco de negócio e estratégia é o risco decorrente do impacto negativo nos resultados e no capital em consequência de um planejamento estratégico falho, da tomada de decisões estratégicas adversas, da inabilidade do Itaú Unibanco implantar os planos estratégicos apropriados e/ou de mudanças em seu ambiente de negócio.

O Itaú Unibanco implantou diversos mecanismos que garantem que tomadas de decisão, tanto de negócio quanto estratégicas, sigam uma governança adequada, tenham a participação ativa de executivos e do CA, sejam baseadas em informações de mercado, macroeconômicas e de risco, e visem a otimizar a relação de risco-retorno. As tomadas de decisões e as definições de diretrizes de negócio e de estratégia contam com pleno envolvimento do CA, principalmente através do Comitê de Estratégia, e dos executivos, através do Comitê Executivo. De modo a tratar o risco adequadamente, o Itaú Unibanco dispõe de governança e processos que envolvem a Área de Riscos nas decisões de negócio e estratégia, visando a garantir que o risco seja gerido e que decisões sejam sustentáveis no longo prazo, sendo eles: (i) qualificação e incentivos de conselheiros e executivos; (ii) processo orçamentário; (iii) avaliação de produtos; (iv) avaliação e prospecção de fusões e aquisições proprietárias; e (v) arcabouço do apetite de risco, restringindo, por exemplo, concentrações de crédito e exposição a riscos relevantes e específicos.

Risco de Contágio

O Risco de Contágio é a possibilidade de ocorrência de perdas para as entidades integrantes do Conglomerado Prudencial em decorrência de suporte financeiro a entidades não consolidadas, em situação de estresse, na ausência ou além de obrigações previstas contratualmente.

O Itaú Unibanco possui uma estrutura para gestão e controle do risco, equipe dedicada e política que define papéis e responsabilidades. Essa estrutura cobre (i) a identificação de entidades em relação a potencial geração do risco de contágio, (ii) a avaliação de riscos em relacionamentos, (iii) o monitoramento, controle e mitigação do risco de contágio, (iv) a avaliação de impacto em capital e liquidez e (v) reportes.

Faz parte do escopo da governança de risco de contágio os públicos de Partes Relacionadas, composto principalmente por controladores (pessoas físicas e jurídicas), entidades a eles relacionadas e entidades controladas e coligadas (conforme definições da Res. 4.693/18), Fundações, investimentos em entidades não consolidadas, fornecedores de produtos e serviços críticos, cessionárias, compradoras e vendedoras de ativos relevantes, terceiros com produtos distribuídos pelo Itaú Unibanco e terceiros para os quais o Itaú Unibanco distribui produtos, além de toda a análise das Unidades Internacionais.

Riscos Emergentes

São aqueles recém identificados e com impacto, a médio e longo prazo, potencialmente material sobre os negócios, mas para os quais ainda não há elementos suficientes para sua completa avaliação, devido à quantidade de fatores e impactos ainda não totalmente conhecidos, uma vez que não possuem precedentes e, por isso, nunca foram tratados no passado. Suas causas podem ser originadas por eventos externos e resultarem no surgimento de novos riscos ou na intensificação de riscos já acompanhados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Uma vez identificados tais riscos passam a ser monitorados e reavaliados anualmente ou sob demanda, até o momento em que deixem de representar um risco ou até que possam ser adequadamente mensurados, sendo que neste caso passam então a seguir as demais etapas do gerenciamento de riscos. Este processo é assegurado pela governança do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, permitindo que estes riscos também sejam incorporados aos procedimentos de gestão de riscos. Podem ser citados como exemplo os riscos Geopolítico, Climático e Cibernético, que tem ou já tiveram aspectos considerados como riscos emergentes.

Glossário de Siglas

A

- ACP - Adicional de Capital Principal
- ACCP - Adicional Contracíclico de Capital Principal
- ASF - *Available Stable Funding* (Recursos Estáveis Disponíveis)

B

- BACEN - Banco Central do Brasil
- BCB - Banco Central do Brasil
- BIA – *Business Impact Analysis* (Análise de Impacto nos Negócios)

C

- CA - Conselho de Administração
- CCR - Risco de Crédito de Contraparte
- CCP – Contrapartes Centrais não Qualificadas
- CDS – *Credit Default Swap*
- CEM - *Current Exposure Method*
- CEO - *Chief Executive Officer*
- CGRC - Comitê de Gestão de Risco e Capital
- CMN - Conselho Monetário Nacional
- CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
- Comef - Comitê de Estabilidade Financeira
- CRI – Certificado de Recebíveis Imobiliário
- CRO - *Chief Risk Officer*
- CTAM – Comissão Técnica de Avaliação de Modelos
- CVA - *Credit Valuation Adjustment*

D

- DLP - Demonstrativo de Liquidez de Longo Prazo
- DRL - Demonstrativo de Risco de Liquidez
- DV - *Delta Variation* (medida de sensibilidade)

E

- EMD - Entidades Multilaterais de Desenvolvimento
- EVE – *Economic Value of Equity*

F

- FCC - Fator de Conversão de Crédito
- FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos
- FIDC - Fundos de Investimento em Direitos Creditórios
- FPR - Fatores de Ponderação de Riscos

G

- GAPS - Análise de Descasamentos
- Gregas - Sensibilidade aos Diversos Fatores de Riscos

H

- HE - Haircut de Execução
- HQLA - *High Quality Liquid Assets*
- HV - Haircut de Volatilidade

I

- ICAAP - *Internal Capital Adequacy Assessment Process* (Processo interno de avaliação da adequação de capital)
- IRB - *Internal Ratings-Based*
- IRRBB – *Interest Rate Risk in the Banking Book*

K

- KYC - *Know Your Customer* (Conheça seu cliente)
- KYP - *Know Your Partner* (Conheça seu parceiro)
- KYS - *Know Your Supplier* (Conheça seu fornecedor)
- KYE - *Know Your Employee* (Conheça seu funcionário)

L

- LCR - *Liquidity Coverage Ratio*

M

- MtM - *Mark to Market*

N

- NII – *Net Interest Income*
- NSFR - *Net Stable Funding Ratio*

P

- PCN - Plano de Continuidade de Negócios
- PIB - Produto Interno Bruto
- PR - Patrimônio de Referência
- PVA – *Prudential Valuation Adjustment* (Ajustes Prudenciais)

Q

- QCCP - *Qualifying Central Counterparty* (Contrapartes Centrais Qualificadas)

R

- RA - Razão de alavancagem
- RAS - *Risk Appetite Statement*
- RSF - *Required Stable Funding* (Recursos Estáveis Requeridos)
- RWA - *Risk Weighted Assets* (Ativos Ponderados pelo Risco)
- RWA_{CIRB} - Parcela relativa às exposições ao risco de crédito pela abordagem de modelos internos
- RWA_{CPAD} - Parcela relativa às exposições ao risco de crédito
- RWA_{CPINB} - montante dos ativos ponderados pelo risco correspondente às exposições ao risco de crédito ao setor privado não bancário, calculados para as jurisdições cujo ACCPi seja diferente de zero
- RWA_{MINT} - Parcela relativa às exposições ao risco de mercado pela abordagem de modelos internos
- RWA_{MPAD} - Parcela relativa às exposições ao risco de mercado pela abordagem padronizada
- RWA_{OPAD} - Parcela relativa ao cálculo de capital requerido para o risco operacional
- RWA_{DRC} - Parcela relativa ao cálculo de capital requerido para as exposições ao risco de crédito dos instrumentos financeiros classificados na carteira de negociação

S

- S.A - Sociedade Anônima
- SAC - Social, Ambiental e Climático
- SA-CCR - *Standardised Approach to Counterparty Credit Risk*
- SFN - Sistema Financeiro Nacional

T

- TCFD - *TaskForce on Climate-Related Financial Disclosures*
- TI - Tecnologia da Informação
- TLAC - *Total Loss-Absorbing Capacity*
- TVM - Títulos e Valores Mobiliários

V

- VaR - *Value at Risk* (perda máxima dado horizonte de tempo e intervalo de confiança)

Glossário de Regulamentos

- Circular BACEN 3.644, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.646, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.674, de 31 de outubro de 2013
- Circular BACEN 3.748, de 26 de fevereiro de 2015
- Circular BACEN 3.749, de 05 de março de 2015

- Circular BACEN 3.769, de 29 de outubro de 2015
- Circular BACEN 3.809, de 25 de agosto de 2016
- Circular BACEN 3.846, de 13 de setembro de 2017
- Circular BACEN 3.869, de 19 de dezembro de 2017
- Carta Circular BACEN 3.907 de 10 de setembro de 2018
- Carta Circular BACEN 3.876 de 31 de janeiro de 2018
- Carta Circular BACEN 3.082 de 30 de janeiro de 2012
- Carta Circular BACEN 3.978 de 23 de janeiro de 2020
- Comunicado BACEN 43.228 de 28 de maio de 2025
- Instrução Normativa BACEN 532 de 24 de outubro de 2024
- Resolução BCB 54 de 16 de dezembro de 2020
- Resolução BCB 111 de 06 de julho de 2021
- Resolução BCB 229 de 12 de maio de 2022
- Resolução BCB 313 de 26 de abril de 2023
- Resolução CMN 2.682 de 22 de dezembro de 1999
- Resolução CMN 4.955, de 21 de outubro de 2021
- Resolução CMN 4.958, de 21 de outubro de 2021
- Resolução CMN 4.502, de 30 de junho de 2016
- Resolução CMN 4.557, de 23 de fevereiro de 2017
- Resolução CMN 4.589, de 29 de junho de 2017
- Resolução CMN 4.693, de 29 de outubro de 2018
- Resolução CMN 4.277, de 31 de outubro de 2013
- Resolução CMN 5.177, de 26 de setembro de 2024
- Resolução BCB 303, de 16 de março de 2023
- Resolução BCB 356, de 28 de novembro de 2023
- Resolução CMN 4.966, de 25 de novembro de 2021
- Resolução CMN 5.199, de 23 de dezembro de 2024